

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SERVIÇO SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO

MUNICÍPIO PONTAL DO PARANÁ

MATINHOS

2016

JUCEMAR SOARES

ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SERVIÇO SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO

MUNICÍPIO PONTAL DO PARANÁ

Monografia apresentada ao Módulo Trabalho de Conclusão de Curso II como requisito parcial à conclusão do Curso de Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Giselle Leal Ávila Meirelles

MATINHOS

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

JUCEMAR SOARES

ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES SERVIÇO SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO MUNICÍPIO PONTAL DO PARANÁ

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Orientadora Dr^a Giselle Leal Ávila Meirelles – UFPR Setor Litoral

Prof^a Dr^a Silvana Maria Escorsim – UFPR Setor Litoral

Prof.^a M.^a Mirian Cristina Lopes – UFPR Setor Litoral

Matinhos, 25 novembro de 2016

Em memória de minha amada mãe

Ana Amâncio de Lima.

Em seu analfabetismo, me deu toda a sabedoria...

Ensinou-me o amor e o respeito ao próximo.

Saudades e amor eterno.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha existência.

Ao meu velho e amado pai Julio Soares, por sempre me estimular nos estudos.

Ao meu amado companheiro e esposo Marcos, por seu amor e apoio incondicional.

Aos meus filhos Wellington e Marquinhos por existirem em minha vida, me fortalecendo a vontade de estudar e ascender profissionalmente.

À Profª Drª Giselle Ávila Leal de Meirelles, por sua paciência (e, que paciência!), dedicação e orientação neste trabalho.

À Profª Drª Marisete Horochovski, por ter me dado as primeiras orientações de P. A, relacionado ao assunto deste TCC.

À minha amiga e parceira de Projeto de Extensão, Profª Drª Sílma Battezzati, que muito me acrescentou pessoal e profissionalmente.

À Assistente Social Andréia Gomes dos Santos e toda equipe do CREAS – Pontal do Paraná, por ter me proporcionado um estágio com muito aprendizado.

À Assistente Social Tarcimere Serpa e toda equipe do CRAS Canoas, por ter me cedido espaço de estágio e aprendizado.

À Assistente Social Clícia Renna, e toda a direção da Technip Techint p76, por ter patrocinado meu Projeto de Intervenção.

À todos e todas que se prontificaram a me ajudar com a pesquisa de campo.

À minha amada colega de turma, que me estimulou a não desistir, mesmo nos meus piores momentos, Claudinha Barbosa.

À todos os demais docentes e discentes, que gentilmente dividiram e multiplicaram seus conhecimentos com a Turma de Serviço Social 2011. Assim como, a todos e todas que em algum momento me apoiaram e torceram por mim.

GRATIDÃO.

Vamos Construir

*Sei que ainda sou criança
Tenho muito que aprender
Mas quero ser criança quando eu crescer
Nosso mundo é um brinquedo
Com pecinhas para unir
Ele será todo seu, se você pensar assim
Vamos construir uma ponte em nós
Vamos construir, pra ligar seu coração ao meu
Com o amor que existe em nós!
E você que é gente grande
Também pode aprender
Que amar é importante pro meu mundo e para o seu
Mas eu tenho a esperança
De você ser meu amigo
De voltar a ser criança, pra poder brincar comigo
Tudo o que se sonha
Com amor se pode conseguir
tudo é assim, é assim
E a gente vive muito mais feliz!
Vamos construir uma ponte em nós
Vamos construir pra ligar seu coração ao meu
com amor que existe em nós!*

(Sandy & Júnior)

RESUMO

O presente trabalho está voltado ao estudo da temática violência sexual contra crianças e adolescentes. Através da leitura deste TCC o leitor poderá realizar uma breve viagem pelo processo histórico do Serviço Social, reconhecer os aspectos que envolvem a temática em questão e saber como é a atuação do trabalho da Rede de Enfrentamento no município de Pontal do Paraná, um pequeno município situado no litoral do estado do Paraná. Diante dessa tão importante expressão da questão social, o leitor terá acesso às informações sobre os mecanismos do trabalho da Rede de Enfrentamento, e ainda terá oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as peculiaridades que envolvem o fenômeno violência sexual contra crianças e adolescentes num contexto geral. Também poderá ler sobre como é a articulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Conselho Tutelar, do Instituto de Medicina Legal (IML), das Delegacias e Núcleo de Proteção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Crimes (NUCRIA), do Disque Direitos Humanos (Disque 100) e do Fórum Judicial, órgãos estes, que trabalham embasados na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A metodologia utilizada para este trabalho baseou-se em: pesquisas bibliográficas, documentais, sites da internet, estudos e trabalhos de campo; finalizando com entrevistas em questionário pré-estruturado de perguntas abertas para representantes de órgãos públicos pertencentes à Rede de Enfrentamento do município, a qual nos sinalizou uma desarticulação do órgãos que deveriam estruturar a Rede.

Palavras Chaves: criança, adolescente, violência sexual, rede de proteção, serviço social.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo estudiar el tema de la violencia sexual contra niños y adolescentes. Al leer este TCC el lector puede hacer un breve recorrido por el proceso histórico del trabajo social, para reconocer los aspectos relacionados con el tema en cuestión y saber cómo el rendimiento de Lucha contra el trabajo de la Red en Pontal do Paraná distrito, un pequeño municipio ubicada en el estado de la costa del Paraná. Teniendo en cuenta esto como una expresión importante de la cuestión social, el lector tendrá acceso a la información sobre el trabajo de los mecanismos de afrontamiento de red, y todavía tendrá la oportunidad de aprender más acerca de las particularidades que implican el fenómeno de la violencia sexual contra los niños y adolescentes en un contexto general. También puede leer acerca de cómo la coordinación de la Política Nacional de Asistencia Social (PNAS), la Ley Orgánica de Asistencia Social (LOAS), el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA), el Consejo de Guardianes, el Instituto de Medicina Legal (IML), el Centro de Policía y Protección de niños y adolescentes víctimas de delitos (Nucría), la esfera de los derechos humanos (dial 100) y Foro Judicial, órganos, estos esté puesta a tierra en la Constitución de 1988 (CF / 88) y Estatuto del Niño y del Adolescente. La metodología utilizada para este estudio se basó en: bibliográficas, investigación documental, sitios de Internet, los estudios y el trabajo de campo; terminando con entrevistas en el cuestionario de preguntas abiertas a los representantes de los organismos públicos que pertenecen a enfrentar la red de la ciudad, que nos señaló una desarticulación de los órganos que deben estructurar la red de pre-estructurado.

Palabras clave: niños, adolescentes, la violencia sexual, la red de seguridad, de servicios sociales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 SERVIÇO SOCIAL	12
2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	12
2.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL	14
2.3 CONTEXTUALIZANDO A ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL	16
2.3.1 Grupos pioneiros e as primeiras escolas de serviço social	17
2.3.2 Formação técnica especializada para a prestação de assistência	18
2.3.3 O serviço social no Rio de Janeiro e a sistematização da atividade social.	21
2.4 ELEMENTOS DO DISCURSO DO SERVIÇO SOCIAL	23
2.4.1 Expressões da questão social	24
2.5 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO	26
2.6 SERVIÇO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES	29
3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)	33
3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO	36
4. VIOLÊNCIA SEXUAL É VIOLAÇÃO DE DIREITOS	39
4.1 CONCEITUANDO:	43
4.2 DIREITOS HUMANOS	45
4.3 REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	49
4.4 ÍNDICES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E NO PARANÁ	50
4.5 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	53

4.5.1 Conselho tutelar	54
4.6 PODER JUDICIÁRIO	55
4.6.1 Núcleo de proteção à criança e ao adolescente vítimas de crimes - NUCRIA	56
4.6.2 Instituto de medicina legal – IML	57
4.6.3 Legislação brasileira	59
4.7 IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ	59
5 PERCURSO METODOLÓGICO	61
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
5.2 PESQUISA DE CAMPO	64
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
6.1 APROVEITAMENTO DO TRABALHO CIENTÍFICO	74
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE 1 – INSTRUMENTO DE PESQUISA	81
APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	84

1 INTRODUÇÃO

No trabalho social e no âmbito das políticas públicas, a rede de enfrentamento à violência sexual contra as crianças e adolescentes se constitui como uma importante ferramenta na prevenção e no atendimento do fenômeno.

A proposta de pesquisa deste trabalho científico deriva da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes residentes no município de Pontal do Paraná, e da importância de se conhecer, compreender e analisar cientificamente a forma de atendimento efetuado pelos profissionais responsáveis por atuar e resolver o problema em questão.

O presente estudo foi realizado no município de Pontal do Paraná, que é localizado na região metropolitana de Paranaguá, no Litoral do Estado do Paraná, e fica distante 100 km da capital Curitiba. A cidade possui uma extensão de 23 km de praias, com uma população estimada de 25.000 habitantes. Trata-se de uma cidade de pequeno porte, que tem sua renda proveniente do turismo, do comércio, da pesca, do artesanato e do funcionalismo público municipal.

Priorizamos estudar dentro do município, as principais instituições que trabalham com crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, para tanto buscamos conhecer as mesmas através de pesquisas e entrevistas.

Portanto, o objetivo geral deste TCC é conhecer o trabalho da Rede de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no referido município. Com os objetivos específicos de compreender e atentar para as necessidades da Rede de Enfrentamento, promover o conhecimento aos demais colegas acadêmicos e alertar aos futuros leitores sobre a importância do assunto em pauta. Dessa forma, formulamos a pergunta principal: No município de Pontal do Paraná existe uma Rede de Enfrentamento à violência sexual contra as crianças e adolescentes? Partimos da hipótese de que a mesma não existe ou encontra-se fragmentada.

A escolha dessa temática surgiu através de observações feitas durante o período de estágio obrigatório, do curso de Serviço Social, realizado no Centro de Referência Especializado em Assistência Social do município de Pontal do Paraná, bem como às demais inquietações e questionamentos pessoais/profissionais e

acadêmicos sobre a violência sexual contra as crianças e adolescentes, que pontua como uma relevante expressão da questão social.

Procurando compreender as várias formas de violência, suas consequências e como ocorre o trabalho da Rede de Enfrentamento no referido município, tomamos como base bibliografias que abordam sobre a temática relacionada à família, à criança e ao adolescente, as Políticas de Assistência Social no Brasil, a doutrina de proteção Integral, as leis e os planos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como os códigos civis que regem e protegem a infância e juventude em nosso país.

Para tanto, este trabalho científico encontra-se dividido em cinco capítulos, sendo que o primeiro realizará uma viagem ao contexto histórico-metodológico da profissão do Assistente Social, evidenciando datas e fatos marcantes, o segundo capítulo será o referencial teórico e irá discorrer sobre o abuso sexual em crianças e adolescentes como expressão da questão social, envolvendo a Legislação, os órgãos e programas de proteção de Pontal do Paraná, os grupos de risco, os perfis das vítimas e dos agressores, as formas de prevenção e medidas protetivas, e das estatísticas no Brasil e no Paraná.; o terceiro tratará da Política Nacional de Assistência Social enquanto Proteção Básica e de Média complexidade; no quarto capítulo será explicada a metodologia de pesquisa e os resultados atingidos e no último capítulo serão feitas as considerações finais e sugestões para o aproveitamento do trabalho.

2 SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo faremos uma viagem histórica através da trajetória do Serviço Social, situando seu surgimento e desenvolvimento a partir do modo de produção capitalista.

2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O modo de produção capitalista é caracterizado pelo trabalho assalariado, e suas relações de produção capitalistas são baseadas na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia¹. O lucro fornecido pelos trabalhadores assalariados movimenta o capitalismo e mantém o status da burguesia. Dessa forma, “o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso). E este último é maior que o primeiro”. (NETO, 2008, p.100).

Para melhor compreendermos, é importante sabermos que houve um longo trajeto até chegarmos ao modo de produção capitalista. No início das comunidades o modo de produção era o primitivo ou comunal, onde todos trabalhavam para produzir e dividir com igualdade. As relações eram baseadas na solidariedade, a figura do Estado era nula, era o tempo do “estado de natureza”. Ou seja,

nas sociedades sem classes o homem estava organicamente ligado à natureza. Naquelas sociedades, a produção estava voltada apenas para a produção de valores de uso, ou seja, a satisfação das necessidades da comunidade.(SCHMIDT, 1976² apud COLMÁN e POLA, 2009, p.4).

Através do crescimento da civilização e da intensificação das atividades de produção ocorreu o surgimento do Estado, com o intuito de comandar os trabalhos coletivos, administrar os povos e arrecadar impostos.

O Estado era comandado por reis, faraós e imperadores³, e a agricultura era a base da economia. As terras pertenciam ao Estado, de tal forma que a maior parte da produtividade agrícola ficava em seu poder, além do mesmo manter um

¹ **Burguesia** é uma **classe social do regime capitalista**, onde seus membros são os proprietários do capital, ou seja comerciantes, industriais, proprietários de terras, de imóveis, os **possuidores de riquezas** e dos meios de produção.

² SCHMIDT, A. El concepto de naturaleza en Marx. Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.

³ “A teoria do modo de produção asiático como modo de produção característico das milenares formas orientais de sociedade, bem como primeira forma mais geral de sociedade pós-comunidade primitiva, sempre foi fundamental para a concepção histórica de Marx.” disponível em <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2009/05/marx-e-o-ultimo-engels-o-modo-de.html>> acesso em 30 ago. 2015

domínio sobre a população, através da teocracia (governo baseado na ideologia religiosa). A servidão coletiva era o pagamento que os agricultores davam ao Estado em troca do uso coletivo das terras.

Dessa forma, as civilizações foram se fortalecendo e ascendendo. Porém essa ascendência não teria ocorrido tão rapidamente se não fosse a forma dominante de produção escravista na antiguidade, na qual homens, mulheres e crianças eram forçados a trabalhar de forma desumana e incessantemente até a exaustão, como forma de pagamento de suas dívidas ou até mesmo em troca da própria sobrevivência.

Hunt (1989) diz que quando ocorreu o declínio da parte ocidental do velho Império Romano, a Europa ficou vulnerável, e tal vulnerabilidade tornou necessária a criação de uma hierarquia feudal que podia ser definida da seguinte forma: “[...] o servo ou camponês era protegido pelos senhores feudais, que, por sua vez, deviam fidelidade e eram protegidos pelos senhores mais poderosos” (HUNT, 1989, p.29).

O pagamento por essa proteção era realizado através de moedas, alimentos, trabalho ou fidelidade militar.

A partir do século XI, com o aprimoramento das técnicas de produção agrícola e o crescimento populacional, as atividades comerciais passaram por um “reavivamento” e os centros urbanos por um maior desenvolvimento. Neste aspecto, o mesmo autor afirma que:

os progressos da energia e do transporte tornaram possíveis e lucrativos concentrar os indivíduos nas cidades, produzir em grande escala e vender os bens produzidos nos mercados mais amplos de longa distância. Assim, esses desenvolvimentos básicos na agricultura e na indústria foram pré-requisitos necessários para a disseminação do comércio, o que, por sua vez, estimulou mais ainda a expansão urbana e encorajou a indústria. (HUNT, 1989, p. 33)

Portanto, através da expansão comercial surgiu a necessidade de expandir também os manufaturados e essa expansão ocasionou ao feudo uma maior dependência das cidades para adquirir bens manufaturados e outros bens de luxo. Com isso os senhores feudais passaram a arrendar suas próprias terras aos camponeses, proporcionando maior autonomia aos servos. Ou seja,

enquanto os proprietários de terras lutavam para aumentar a eficiência econômica, motivos puramente egoístas os levaram a abolir as condições de servidão e escravidão e a permitir que estes antigos servos e escravos gozassem de certos direitos de propriedade e segurança. (HUNT, 1989, p.67).

Dessa forma, os laços feudais se romperam a partir do crescimento populacional e do movimento do cercamento, quando os senhores das terras expulsaram grande parte dos habitantes, para cercar suas terras e investir na criação de ovelhas. Portanto, os trabalhadores se viram obrigados a migrar para as cidades com o objetivo único de vender sua força de trabalho. Mas aqueles que não conseguiam emprego ou não se adaptavam, acabavam na mendicância ou na ladroagem, gerando intenso pauperismo. A esse respeito Branco (2006) cita Marx:

o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. (MARX, 2003⁴, apud BRANCO, 2006 p.32).

Através desse rompimento com o feudalismo, o modo de produção capitalista passou a ter maior evidência, vindo a atingir seu ápice através da Revolução Industrial, que ocorreu no final do século XVIII, primeiramente na Inglaterra e Escócia e posteriormente, no início do século XIX, nas demais partes da Europa Ocidental.

Muito importante acrescentar a essa ocorrência, que no século XVIII também acontecia na França uma enorme exploração da mão de obra camponesa, aonde um camponês chegava a pagar quase todo o seu ganho em tributos ao Estado e às demais classes. Essa exploração aliada ao fato do interesse burguês em ter suas aspirações econômicas e sociais atendidas, acabou gerando intensa revolta, desencadeando, dessa forma, a famosa Revolução Francesa com o slogan: (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) ocorrida de 1789 a 1799. Com isso, o regime feudal sobre os camponeses foi abolido e os privilégios tributários do clero e da nobreza chegaram ao fim. Foi uma grande conquista, que marcou a proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão.

2.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

Através da inserção das máquinas no cotidiano dos proletários, aumentou também a exploração. A máquina foi suplantando o trabalho humano, uma nova relação entre capital e trabalho se impôs gerando revolta aos trabalhadores que se

⁴ MARX, Karl (2003) [1867]. O Capital: crítica da economia política. Livro I, volumes 1 e 2. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

sentiam tratados como objetos partes da indústria. A revolta inicial foi exatamente contra as máquinas, como explica Martinelli (2007):

as primeiras formas de oposição dos trabalhadores a essa dura realidade expressaram-se na resistência, dirigindo-se não diretamente ao opressor, ao explorador, mas ao instrumento de exploração, ao símbolo da opressão: a máquina. (MARTINELLI, 2007, p. 43).

Nesse contexto ocorreu a I Revolução Industrial. Ocorrida na Inglaterra entre os anos 1760 e 1860, a qual teve por principal fator a substituição do trabalho artesanal por máquinas e trabalho assalariado, ocasionando dessa forma o surgimento de duas novas classes sociais: os proprietários e os operários. Ou seja, “o possuidor do dinheiro se transforma em capitalista e, personificando o capital, consome a mercantilização do trabalhador mediante a compra de sua força de trabalho e sua sujeição ao domínio do capital.” (MARTINELLI, 2007, p.39).

No seguimento, se desencadearam os conflitos de classes, onde a burguesia detinha os meios de produção e os trabalhadores tinham suas forças de trabalho exploradas, ambas em defesa de seus próprios interesses. De um lado o capitalista almejando mais poder e acúmulo de capital, e em sua oposição, os operários lutando contra a exploração da mão de obra e reivindicando condições dignas de vida, e melhores oportunidades enquanto cidadão, num total antagonismo de classes, de acordo com a mesma autora,

de uma forma profundamente antagônica e contraditória, o capitalista e o trabalhador permite que o possuidor do dinheiro concentre cada vez mais capital em suas próprias mãos, excluindo de sua posse ele próprio, o produtor da mercadoria, assim como o restante da população. (MARTINELLI, 2007 p.39).

E, foi justamente esse antagonismo de classes que tornou a I Revolução Industrial um marco importante para mudanças significativas na realidade social, causando impactos sociais e novas expressões de pobreza. Isso refletiu posteriormente no surgimento do Serviço Social, que segundo Iamamoto (1995), foi determinado por esse processo sócio-histórico. Ou seja, a partir do surgimento de um espaço na sociedade capitalista, que demandava para além do assistencialismo, a intervenção de um profissional, conservador e acrítico, que pudesse atuar como um “mediador de conflitos” entre os patrões e seus subordinados.

Logo, podemos perceber que o surgimento do Serviço Social está intrinsecamente ligado ao modo Capitalista de Produção, que é um modo sustentado

pela exploração e desigualdade social, ocasionando uma série de expressões da questão social como, por exemplo: o desemprego, a fome e a falta de moradia, etc.

2.3 CONTEXTUALIZANDO A ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL

Para Iamamoto e Carvalho (1995), o Serviço Social tem sua origem nas lutas de classes, ocasionadas pela divisão social do trabalho e pelo desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana. É uma profissão que tem como viés inicial elementos da doutrina católica e a indignação perante a hegemonia do capitalismo industrial e financeiro, bem como as contradições de classes. Portanto:

a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica (IAMAMOTO & CARVALHO, 1995, p.127).

Em suas protoformas o Serviço Social foi um trabalho inicialmente caridoso e filantrópico, realizado por irmãs de caridade e jovens damas da alta sociedade. Mas que rapidamente passou a ser utilizado como uma ferramenta da classe burguesa, com o objetivo de controlar o proletariado diante de suas mobilizações trabalhistas. Ou seja, através do surgimento das Leis Sociais, o serviço social passaria a ser utilizado como mediador de conflitos entre a classe dominante e a classe subalterna, como podemos ler em Iamamoto e Carvalho (1995):

historicamente, passas-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 78).

Os mesmos autores (1995), ainda nos esclarecem que o Serviço Social surgiu através das classes dominantes para ser utilizado como um dos mecanismos para exercer o seu poder na sociedade, sendo que tal mecanismo teria de sofrer alterações constantes, de acordo com as características das lutas de classe e dos efeitos do aprofundamento do capitalismo.

2.3.1 Grupos pioneiros e as primeiras escolas de serviço social

Segundo dados bibliográficos⁵, a precursora do Serviço Social mundial foi Maria Helena Richmond, conhecida como Mary Richmond. Uma jovem, norte americana, nascida no ano de 1861, que se dedicou à legitimação da profissão do assistente social e conseguiu através de suas ideias e do seu trabalho, influenciar e auxiliar no desenvolvimento de uma rede de assistentes sociais e em sua metodologia de trabalho. Desencadeando, dessa forma, no ano de 1908, o surgimento da primeira escola de Serviço Social na Inglaterra. Uma conquista que, respectivamente em 1911 e 1913, se estendeu a Paris através da criação de mais duas dessas escolas.

Mary Richmond tinha um método de trabalho baseado no estudo de caso social, no diagnóstico social e no tratamento através da compreensão da situação. De acordo com Estevão (1985), ela foi a responsável pelos primeiros registros sobre a diferença entre “assistência social, filantropia ou caridade” e o Serviço Social propriamente dito. Além de num período de conturbada crise capitalista e do aumento da “Questão Social⁶”, ter desenvolvido o atendimento social em grupo.

Sua experiência e dedicação ao trabalho social culminaram, no ano de 1917, em seu primeiro livro “Diagnóstico Social”, que fala sobre os aspectos teóricos e a aplicação prática da profissão.

Enquanto isso no Brasil, nesse período de pós- Primeira Guerra Mundial e de considerável avanço para o serviço social europeu, Iamamoto e Carvalho (1995) nos explicam que surgiam instituições assistenciais com um perfil diferenciado em relação às tradicionais “obras de caridade”, como por exemplo, a Associação das Senhoras Brasileiras, no ano de 1920, na cidade do Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas, no ano de 1923, em São Paulo. E os autores reforçam que o

⁵VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Precursores e Pioneiros. Editora agir, 1984. Texto I.

⁶ A expressão da questão social, segundo José Paulo Netto (2001), começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgado até a metade deste século, por críticos da sociedade e filantropos que faziam parte do espaço político.

A expressão surge para dar conta do fenômeno que a Europa Ocidental experimentava, com a industrialização, iniciada na Inglaterra, nas últimas quatro partes do século XVIII. A questão social esta diretamente ligada aos desdobramentos sociopolíticos, entretanto na metade do século XIX, com manifestos contra a ordem burguesa, o pauperismo foi nomeado como questão social. Portanto, a questão social está vinculada ao conflito entre o capital e trabalho.

Estado contribuía com alguns recursos para essas instituições, de forma que esses recursos auxiliavam para um planejamento técnico e mais eficiente das obras. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 166).

Dessa forma, essas instituições nos são historicamente importantes devido ao fato de as mesmas terem proporcionado os subsídios necessários para o desenvolvimento da Ação Social, assim como das primeiras escolas de Serviço Social e para a implantação da profissão. Como podemos ler a seguir:

[...] será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 167).

Dessa forma, a combinação entre as tradicionais “obras sociais” e os movimentos contemporâneos da campanha social permitiram que o Serviço Social pudesse se manifestar.

Ao falar sobre o pioneirismo da profissão no Brasil, não há como deixar de citar a senhora Estela de Faro, que “foi a primeira coordenadora do ramo feminino da Confederação Católica” no ano de 1922, na cidade do Rio de Janeiro. Ela também foi a responsável pelo surgimento do movimento Laico que se multiplicou dentro da ação católica, forçando um rompimento das práticas clientelistas com o apostolado social, e trazendo à tona uma necessidade de profissionais com formação técnica e especializada para melhor atender as classes mais desfavorecidas. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 167).

2.3.2 Formação técnica especializada para a prestação de assistência

A partir da década de 1930, com a transição do modelo agrário – exportador para o industrial, o Serviço Social brasileiro teve vários e significativos avanços.

Um desses avanços foi o surgimento, no ano de 1932, na cidade de São Paulo, da entidade fundadora e mantenedora da primeira escola de Serviço Social do país - o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

O objetivo central do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver,

favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1995, p. 169).

As trabalhadoras sociais daquela época eram moças ricas e de famílias abastadas e que, geralmente, trabalhavam diretamente com o proletariado das empresas pertencentes à própria família. Porém, estas trabalhadoras sociais ainda não tinham uma visão suficientemente crítica, nem a consciência da dimensão de seus trabalhos interventivos dentro da sociedade. Desta forma, executavam ações sempre em nome do amor ao próximo, conforme o que era pregado nas igrejas. Iamamoto e Carvalho, (1995)⁷ nos explicam que quando as Cônegas de Santo Agostinho promoveram o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, as trabalhadoras sociais tiveram a oportunidade de participar e apreender como desenvolver um novo senso crítico sobre a profissão.

Esse curso teve como convidada a senhorita Adèle Loneuax, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Loneuax também participou como apresentadora em diversas conferências no Brasil, falando sobre os novos ideais europeus acerca do Serviço Social. Quando ela retornou à Bélgica levou consigo duas brasileiras: Maria Kiehl e Albertina Ramos, que após se formarem na Europa, retornaram ao Brasil e fundaram a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, no ano de 1936, e que mais tarde se tornaria a “Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC)” de São Paulo.⁸

Importante citar que no ano anterior a ocorrência desse fato, ou seja, em 1935, havia sido criado o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, através da Lei nº 2497, de 24/12/1935, assinada pelo presidente Getúlio Vargas. Essa lei continha em sua maior parte, artigos direcionados à assistência ao menor, sendo que, somente um dos artigos fazia referência ao Serviço de Proteção ao Trabalhador. No entanto, foi a partir desse Departamento que os horizontes profissionais dos Assistentes Sociais se ampliaram, pois passaram a ter uma formação técnica mais especializada e estendida para um maior número de pessoas. O objetivo principal do Departamento era capacitar um número suficiente de profissionais para melhor atender a extensa demanda social da época.

⁷ Yamamoto, Marilda Vilela; Carvalho, Raul de, 1995, Parte II - Aspectos da história do Serviço Social no Brasil (1930 – 1960).

⁸ Conselho Federal de Serviço Social/CFESS – Agenda 2005 – a partir da contribuição da Profª Drª Maria Carmelita Yazbek – PUC/SP.

Em decorrência dessa especialização técnica que os profissionais passaram a ter, o Serviço Social adotou um maior poder de intervenção na regulamentação do trabalho e no combate à exploração da força de trabalho. Com as capacitações os profissionais se transformaram em componentes de força de trabalho, entrando para a divisão social e técnica do trabalho.

Foram anos de conquistas para a profissão. Conquistas como, por exemplo, a Seção de Assistência Social, que foi organizada em 1938 e tinha por finalidade um melhor atendimento e um reajustamento de certos grupos de indivíduos às condições de vida consideradas normais. Portanto,

recorrendo a todos os elementos do meio social que possam influenciá-lo no sentido desejado, facilitando sua readaptação e proporcionar um auxílio material reduzido ao mínimo indispensável, para não prejudicar o tratamento (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 179).

Tendo por organização parcial: o Serviço Social de casos individuais, a Orientação Técnica das Obras Sociais, o Setor de Investigação e Estatística e o Fichário Central de Obras e Necessitados. Sua atuação era com o método central: Serviço Social de Casos Individuais. A Seção, ainda no mesmo ano passou a ser chamada de Departamento de Serviço Social.

Por sua vez, o Estado passou a regulamentar, incentivar e institucionalizar os trabalhos de Assistência Social, neste sentido Iamamoto e Carvalho (1995) explicam:

O Estado (nesse caso o Governo do Estado de São Paulo) ultrapassa o marco de sua primeira área de intervenção – a regulamentação do mercado de trabalho e da exploração da Força de Trabalho – para superintender a gestão da *assistência social*. Dessa forma procurará racionalizar a *assistência*, reforçando e centralizando sua participação própria e regulando as iniciativas particulares (IAMAMOTO & CARVALHO, 1995, p.175).

Ao lermos esse texto, observamos a importância das primeiras Escolas de Serviço Social, pois foi a partir das suas implantações que ocorreram rápidos processos de adequação à profissão, visando o bom atendimento às demandas estaduais. Em apenas quatro anos após o surgimento da primeira escola profissionalizante para a profissão, ou seja, no ano de 1940, já havia um considerável aumento da demanda por profissionais com diploma. Em decorrência a esse fato foi implantado o “Instituto de Serviço Social”, destinado “à formação de trabalhadores sociais especializados para o Serviço Social do Trabalho”, pois se tornou relevante acelerar a formação de Assistentes Sociais. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 178).

Para tanto, teve início a distribuição de bolsas de estudo e a intensificação dos cursos. Em conjunto aos fatos, surgiu o sistema de “mercantilização” da força de trabalho dos assistentes sociais, elevando o número de recrutamento para além das classes dominantes e média alta, vindo a atingir parcelas da pequena burguesia urbana, e assim inserindo-se na divisão sócio - técnica do trabalho, com o incentivo do Governo. Através dessa formação técnica, os cursos adotaram novas orientações e tomaram novos e expansivos rumos.

2.3.3 O serviço social no Rio de Janeiro e a sistematização da atividade social.

Devido ao fato de o Rio de Janeiro ser o polo industrial mais antigo da região sudeste e um grande centro de serviços, concentrando a principal reunião de elementos da Igreja Católica, o Serviço Social obteve uma forte participação do Estado, desenvolvendo uma maior infraestrutura de serviços básicos, incluindo os assistenciais.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (1995), o processo inicial do Serviço Social recebeu participação intensa das instituições públicas e apoio declarado da alta administração federal, da cúpula da Igreja Católica e do movimento laico, que juntos pretendiam “dinamizar a Ação Social e o apostolado laico”. E, assim, no ano de 1936 ocorreu a Primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, sendo “considerado como marco para a introdução do Serviço Social”. Este evento nos proporciona uma visão muito clara de um entendimento político comum que ocorria entre a Igreja e o Estado, em relação ao proletariado, entendimento este, que proporcionaria uma elevação às classes trabalhistas. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 181).

Paralelamente a isso, passou-se a discutir uma maior necessidade de formação especializada para a prática da assistência seguindo três eixos distintos: Formação Científica; Formação Técnica e a Formação Moral e Doutrinária, princípios esses, inerentes à profissão. Dessa forma o programa de assistência não se restringiria somente ao movimento laico, mas abrangeria também o Estado e o empresariado, conforme suas necessidades sociais.

Ainda no mesmo ano de 1936, foi realizado o primeiro “Curso Intensivo de Serviço Social”, dando ênfase ao problema da “Infância abandonada”, direcionando a capacitação em assistência ao setor público, outrora chamado de Juízo de

Menores. No mesmo período aconteceu um curso prático de Serviço Social, que contou com a participação das duas Assistentes Sociais paulistas que haviam sido recém-formadas na Bélgica. (IAMAMOTO, 1995).

No ano seguinte, em 1937, o Rio de Janeiro recebeu duas importantes obras. A primeira foi a criação do Instituto de Educação Familiar e Social para atender as demandas da questão social que passou pela transição do “caso de polícia” para a chamada “questão política”, e a segunda obra foi a implantação da Escola Técnica de Serviço Social, que conseguinte no ano de 1939 viria a firmar um convênio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado, propiciando a organização dos centros familiares.

A partir de 1940 os Centros Familiares passaram a atender a comunidade de bairros operários, com o objetivo de organizar as classes proletárias e melhorar os seus níveis econômicos e culturais. Os profissionais atuavam no viés da organização da assistência, da educação popular e do diagnóstico de realidade social. Como explicam Iamamoto e Carvalho (1995),

nesses Centros manterão serviços diversos, como plantão para atendimento de interessados, visitas domiciliares, bibliotecas infantis, reuniões educativas para adultos, curso primário “para proteger as crianças cujas mães são obrigadas a trabalhar fora”, cursos de formação familiar (*moral e formação doméstica para o lar*), restaurantes para os operários, etc. O *tratamento* dos casos será basicamente feito através de encaminhamentos, colocação em empregos, abrigo provisório para necessitados, regularização da situação legal da família (casamento) etc., e fichário dos assistidos (IAMAMOTO & CARVALHO, 1995, p. 190).

E dois anos depois, ou seja, em 1942, teve um acontecimento muito importante para a consolidação do Serviço Social no Brasil. Este acontecimento foi a fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁹. Fundada pela primeira dama da época, a Sra. Darcy Vargas, a LBA era uma instituição filantrópica que tinha por principal objetivo prestar auxílio às famílias de soldados enviados para a Segunda Guerra Mundial. Após o término da guerra a instituição continuou a existir para atender às famílias carentes, e foi vinculada ao Ministério da Previdência e

⁹ DECRETO-LEI Nº 4.830, DE 15 DE OUTUBRO DE 1942. Art. 1º A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas úteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante e tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres.

Assistência Social no ano de 1977. A LBA era presidida por primeiras damas, e no ano de 1991, sofreu graves denúncias sobre desvio de verbas ocasionado pela, então primeira dama, senhora Rosane Collor de Mello, e este fato marcaram negativamente a instituição, de tal forma que veio a ser extinta no ano de 1995, através de um Decreto que Fernando Henrique Cardoso assinou logo no seu primeiro dia como Presidente do Brasil.

2.4 ELEMENTOS DO DISCURSO DO SERVIÇO SOCIAL

Em sua fase ainda embrionária, o serviço social apresentava poucas produções específicas sobre a profissão. Tais produções eram constituídas por doutrinas e propagandas do pensamento social da igreja com uma proposta de mobilizar a opinião católica para o apostolado social.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2005), as tentativas iniciais de sistematização da prática e do ensino do Serviço Social passaram a ser expostas a partir de encontros e conferências promovidos pelo movimento católico. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p.201).

Portanto, as instituições passaram a utilizar de recursos científicos e técnicos para as novas formas de assistência, tendo por objetivo remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades, não vindo a afetar a estrutura dos grupos sociais.

No entanto, as medidas de ajustamento social eram paliativas, ou seja, feitas para amenizar as dificuldades das pessoas e não propriamente para resolver o problema que as ocasionava. Como explica Iamamoto e Carvalho:

o Serviço Social junto da coletividade vem remediar certas deficiências generalizadas, que, no entanto não afetam os grupos sociais em sua estrutura. Exemplo típico seria, através de cursos de economia doméstica, concorrer para a melhoria da situação de determinadas camadas, em que a falta dessa formação é um fator considerável de desequilíbrio no orçamento da família. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1995, p.203).

Assim, os assistentes sociais, observadores da sociedade proletária urbana e de suas condições de vida, percebendo a existência de uma situação de crise e de grande vulnerabilidade, buscaram compreender o problema para poder enfrentá-lo da forma mais adequada.

Ao compreender as condições precárias de vida do proletariado, os assistentes sociais passaram a atuar no sentido de garantir ao trabalhador e seus

familiares, um nível de vida mais digno, através da garantia dos seus direitos trabalhistas.

No entanto, o trabalho do assistente social acabava por ter um cunho de duplo sentido. O primeiro era em prol dos direitos dos trabalhadores e o outro trazia benefícios ao empregador, pois o objetivo principal da atuação do assistente social junto ao proletariado era influenciar na redução das faltas ao trabalho e na sua adaptação às funções dentro das empresas.

Portanto, as propostas de melhorar as condições trabalhistas, parecem ambíguas, porque é possível observar uma correlação de forças aonde agentes sociais realizavam práticas sociais direcionadas aos interesses dos trabalhadores, mas que, favoreciam prioritariamente à classe dominante, como diz Martinelli (2007),

a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variações que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismos – pois foi neste vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. (MARTINELLI, 2007, p. 66).

O discurso feito pelos Assistentes Sociais e seus porta-vozes, na fase em que a profissão era implantada, baseava-se em um projeto de intervenção direcionado ao proletariado e a reorientação de suas vidas em sociedade. E essa implantação ocorreu durante um período de transformações sociais, econômicas e trabalhistas, vindo ao encontro do surgimento da questão social, que é descrita por Iamamoto e Carvalho (1983), da seguinte maneira:

questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1983, p.77).

A hegemonia do capital industrial e financeiro e a contradição de classes proporcionam a manifestação da questão social. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhista, estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho e gerindo a organização e prestação de serviços sociais. Dessa forma a ação do assistente social, se justifica ao atuar para além da caridade, como um novo tipo de enfrentamento da questão social, atuando de forma direcionada as expressões da questão social.

2.4.1 Expressões da questão social

A partir do crescimento industrial, ocorreu um maior favorecimento aos centros urbanos, ocasionando uma disparidade social em relação aos habitantes das áreas rurais.

Em busca de emprego os agricultores migravam em direção aos polos industriais para vender a sua força de trabalho. Mas nem todos conseguiam vaga, sendo que, aos que não eram admitidos ou não se adaptavam à rotina extensa e às intensas cargas horárias, restavam às situações de vulnerabilidade. Dessa forma, “havia uma grande massa de camponeses empobrecidos, vagando [...], entre a revolta e a submissão” (MARTINELLI, 2007, p. 78).

Ocasionalmente dessa forma um agravamento das expressões da questão social, como podemos ver a seguir.

Portanto, as expressões da questão social estão enraizadas na relação capital x trabalho [...] cresciam os impérios econômicos, à medida que o Capitalismo Monopolista ganhava solidez, crescia também a pobreza e generalizava-se a miséria (MARTINELLI, 2007, p. 95).

A esse respeito podemos ler em Iamamoto (1998), que o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, possui uma raiz comum, ou seja, um coletivo que realiza os trabalhos, neste caso o proletariado, mas que não se apropria dos seus lucros. Enquanto que apenas uma parte da sociedade, ou seja, os proprietários mantêm o monopólio dos frutos desse trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Em uma constante disputa de poderes, onde o capitalista obtém cada vez mais lucros e o proletariado praticamente não vê o rendimento salarial advindo de seus esforços. Isso acarreta o desequilíbrio social.

E é a partir dessa enorme discrepância gerada pela questão social que surgem suas mais variadas expressões. Expressões essas apresentadas através da pobreza, da exclusão social, do desemprego, da violência, do analfabetismo, da fome, da inadimplência, da falta de atendimento médico, do uso e tráfico de drogas, da prostituição e/ou abuso sexual, e inúmeras outras. São essas expressões que formam o objeto de trabalho do assistente social.

O objeto de trabalho do assistente social é a questão social em todas as suas múltiplas expressões. O abuso sexual em crianças e adolescentes se mostra como uma dessas expressões, e ocorre com grande incidência, por estar ligado diretamente ao abuso de poder. Esta expressão da questão social será abordada com maior clareza de detalhes no próximo capítulo.

2.5 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

Após o Golpe de Estado, em 1937, o Governador Getúlio Vargas garantiu sua permanência no poder e conseguiu anular as eleições que estavam agendadas para o ano seguinte, 1938. Acontecia o regime do Estado Novo¹⁰.

O Estado Novo visando garantir o controle social e sua legitimação apoia-se na classe operária por meio de uma política de massa, capaz ao mesmo tempo de “defender” e de reprimir os movimentos reivindicatórios. Ele se constitui na “versão brasileira atenuada do modelo fascista europeu”, ou seja, as diretrizes assumidas pelo governo Vargas baseavam-se nos modelos corporativos europeus (YASBEK, 1980, p.24¹¹, apud PIANA, 2009, p.88).

E assim, diante desse regime e das necessidades de profissionais do Serviço Social para atuar na demanda da época, o Governador decretou que fosse criado o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Este Conselho vigorou até o ano de 1993 quando, através da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) -(Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993), foi extinto e substituído pelo atual Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Na época era praticado o clientelismo político, e foi a partir dessa prática que surgiu a LBA.

Prosseguindo com o processo histórico do movimento de Reconceituação no Brasil, que nos remete ao Serviço Social contemporâneo, destacamos a década de 1960.

A década de 1960, no Brasil, foi marcada por segmentos progressistas da sociedade e por uma grande elaboração de projetos socioassistenciais. Foi um período de conscientização e de reposicionamento da profissão, a época do “Materialismo Histórico Dialético”¹², quando os assistentes sociais passaram a

¹⁰ O Estado Novo foi um período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares.

¹¹ YASBEK, M. C. A escola de serviço social de São Paulo no período de 1936 a 1945. Cadernos PUC, São Paulo: Cortez, n.6, p.11-59, dez. 1980.

¹² O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história. E o materialismo dialético é a concepção filosófica do Partido marxista-leninista. Chama-se materialismo dialético, porque o seu modo de abordar os fenômenos da natureza, seu método de estudar esses fenômenos e de concebê-los, é *dialético*, e sua interpretação dos fenômenos da natureza, seu modo de focalizá-

analisar a sociedade de forma mais crítica e a identificar suas contradições. Nesta época o Serviço Social passou a se auto reconhecer como profissão de caráter político, atingindo uma maior intensidade na década de 1970. A proposta era romper com o tradicionalismo da profissão.

Portanto, foi durante o período de Ditadura Militar que o Serviço Social sentiu maior necessidade de desenvolver o “Movimento de Reconceituação”, na expectativa de romper com o conservadorismo do Serviço Social tradicional e realizar um processo de revisão crítica da profissão em busca de uma melhor estruturação.

Netto (2005) explica que a principal conquista para o serviço social no movimento de Reconceituação foi a recusa do assistente social em realizar tarefas meramente associadas às políticas sociais, reivindicando atividades de planejamento e cunho mais intelectual.

O movimento de Reconceituação do serviço social veio romper com o conservadorismo existente desde os primórdios da profissão e trouxe à tona um caráter mais heterogêneo¹³. “O modelo importado de Serviço Social torna-se inoperante e tem início um processo de ruptura teórico-metodológico, prático e ideológico.” (PIANA, 2009, p.94).

Documentos como de Araxá (1967), Teresópolis (1970) e de Sumaré (1980)¹⁴, foram elaborados na busca de propostas de teorização para o Serviço Social, contendo as primeiras expressões de Renovação da profissão.

De acordo com Iamamoto (2001) o movimento de Reconceituação do Serviço Social foi uma resposta aos desafios da prática social da época, leiamos:

O Serviço Social latino-americano é sensibilizado pelos desafios da prática social. Sua resposta mais significativa se consubstancia na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão, que tem aproximadamente seis décadas de existência. Essa resposta é o movimento de reconceituação. Esse perfilou-se, como um movimento de denúncia - de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas

los, sua teoria, é materialista. Fonte: Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico, edições Horizonte, Rio, 1945.

¹³ que possui natureza desigual e/ou apresenta diferença de estrutura, função, distribuição etc.

¹⁴ Os Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré constituem “marcos históricos” do Serviço Social. São produtos dos estudos de profissionais competentes reunidos em Seminários promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). /Espelham a situação do Serviço Social em dado momento de sua história, e são o resultado de seu desenvolvimento científico, embora influenciado por acontecimentos sociais e políticos.

formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos” (Iamamoto, 2001, p. 207).

Isso demonstra que os profissionais de Serviço Social estavam insatisfeitos com o rumo que a profissão estava tomando e sentiam uma real necessidade de mudança. A profissão clamava pelo “novo”, por mais reconhecimento, por maiores oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional.

Yasbeck, (2009) diz que os assistentes sociais tiveram de buscar a validação de seus objetivos através de debates e de produções intelectuais e, que foi através destas ações que o Serviço Social brasileiro chegou ao surgimento de três importantes vertentes de análise para a profissão.

A **vertente modernizadora**, que se voltava “a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade.” e buscava recursos através de contatos interpessoais, e nas modernizações tecnológicas para alcançar seus objetivos. Configurando assim “um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional”. A **vertente da fenomenologia** baseada em mostrar, analisar e descrever os fatos e os sujeitos em suas vivências, fortalecendo e estreitando o relacionamento entre o profissional e o sujeito. E a **vertente Marxista** (do marxismo sem Marx), revolucionária, buscando romper com o capitalismo e remetendo os profissionais à conscientização de seus lugares nas sociedades de classes. (YASBEK, 2009, p.8 e 9, grifos meus).

De fato, se pode afirmar que o Movimento de Reconceituação somente se fortaleceu e concretizou devido à luta de profissionais críticos e questionadores nos movimentos sociais.

E ganhou maior força depois do Congresso da Virada¹⁵, que ocorreu em São Paulo, no ano de 1979, quando o Serviço Social rompeu de vez com o

¹⁵ O “Congresso da Virada” foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Aconteceu no ano de 1979, na cidade de São Paulo e se tornou um marco referencial para um conjunto de mudanças no Serviço Social brasileiro. Este congresso proporcionou uma série de mudanças para o Serviço Social Brasileiro como a ruptura com o conservadorismo; a organização profissional da categoria, com a criação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, posteriormente ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), e a construção do Projeto ético político do Serviço Social.

conservadorismo e passou a atuar nos meios sindicalistas e nos setores subalternos, sendo inserido no campo das Ciências Sociais e ganhando características mais “esquerdistas”.

Também foi a partir desta época que os profissionais conseguiram a gestão para execução das políticas públicas e expansão nos campos de pesquisa.

Com a chegada dos anos 80 o assunto “Ética no Serviço Social” também se tornou assunto de debates na expectativa de uma ética mais baseada na democracia, abandonando o tradicionalismo e a neutralidade. Ainda nesta mesma década foi feita a revisão curricular para unir os três eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. E Netto (2005) nos diz que o movimento de Reconceituação age até os dias atuais, como podemos ler a seguir:

a existência deste Serviço Social crítico que hoje implementa o chamado Projeto Ético Político é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida crítica ao tradicionalismo; é a prova de que, 40 anos depois a Reconceituação continua viva. (NETTO, 2005, p.18 revista).

Dessa forma, o Projeto Ético Político que se constitui das Diretrizes Curriculares, do Código de Ética de 1986 e da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão, só foi possível de efetivar-se a partir da Reconceituação, originado na segunda metade da década de 1970, em conjunto com a importante influência da teoria marxista.¹⁶

2.6 SERVIÇO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES

O Serviço Social é uma profissão com caráter sócio – político. Está inserida no grupo das ciências humanas e sociais e se utiliza de conhecimentos teóricos para investigar, analisar e intervir junto às mais variadas expressões da questão social.

Caracteriza-se por ser uma profissão de nível superior com duração de quatro anos e formação em Bacharelado.

Depois de formado (a), o (a) assistente social precisa se registrar no Conselho Regional de Serviço Social – Cress – do Estado onde pretende atuar

¹⁶É uma teoria de Karl Marx sobre a evolução da sociedade que pretende explicar cientificamente o capitalismo. Na qual acredita que a transição do capitalismo ao socialismo é uma parte inevitável do desenvolvimento da sociedade humana.

profissionalmente. Após o registro, o profissional poderá atuar em hospitais, empresas, ONGs, penitenciárias, institutos, escolas, faculdades e órgãos públicos, sendo esses os locais mais comuns para sua atuação. Sendo o Estado, ainda, o maior empregador.

O trabalho do assistente social deve se embasar no Projeto Ético Político da profissão, que envolve o Código de Ética Profissional (1993), a Lei da Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), e as Diretrizes Curriculares (1996). Executando suas funções de acordo com o que rege a Constituição Federal (CF) de 1988, e observando os princípios constitucionais que estabelecem os direitos sociais conforme citado em seu artigo 6º:

São direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CF/1988, art. 6º, Artigo alterado pela Emenda Constitucional nº 90, de 15/09/2015).

Carlos Simões (2009) relata que com a regulamentação da profissão em 1993, através da Lei n. 8.662 o Serviço Social normatiza procedimentos e a natureza do exercício profissional sendo-lhe instituído deveres e assegurando atribuições privativas, cabendo destacar as seguintes de atribuição exclusivas:

Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sociais; Treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários do Serviço Social; Fiscalizar o exercício profissional por meio dos Conselhos Federal e Regional, respectivamente (CFESS e CRESS)

Destaca-se aqui o Código de Ética de 1993¹⁷ que ampliou politicamente a atuação dos profissionais da área, assim como, os valores éticos fundamentados no compromisso com o usuário, favorecendo a liberdade, contribuindo com a consolidação da democracia, por meio da construção da cidadania, da ampliação da justiça e da diminuição da desigualdade social.

Decorrente dos princípios firmados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Código de Ética normatiza o exercício profissional de modo a fazer com que as prerrogativas constitucionais alcancem àqueles aos quais são destinadas.

Em sua estrutura o Código de ética do Serviço Social retifica o exercício profissional mediado por três tipos de normas: Orgânicas (competências e poderes);

¹⁷ A Resolução CFESS no. 273/93 de 13 de março de 1993 institui o código de ética profissional e dá outras providências.

Éticas (direitos e deveres); Procedimentais (procedimentos sobre enquadramentos, apuração e penalização).

Dessa forma, o trabalho do assistente social atualmente requer reaver a demanda e analisar a questão da profissão, estar situada na divisão do trabalho coletivo, alerta ao seu significado social que é um processo de reprodução das relações sociais, e às dimensões Ético – Política, Teórico – Metodológica e Técnico – Operativa.

De acordo com as Diretrizes Curriculares¹⁸ da profissão o objetivo da formação de um assistente social é viabilizar o desenvolvimento de competências e habilidades que tenham como requisito fundamental a capacitação teórico-metodológica e ético-política para o exercício das atividades técnico-operativas.

Iamamoto (2004), após realizar uma análise dos desafios colocados para o Serviço Social nos dias atuais, apontou que essas três dimensões devem ser do domínio do Assistente Social:

- **Competência ético-política** – o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93), e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade;
- **Competência teórico-metodológica** – o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes,

¹⁸ A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;

- **Competência técnico-operativa** – o profissional deve conhecer, se apropriar e criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-Governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. (IAMAMOTO, 2004¹⁹ apud SOUSA, 2008, p. 122).

Sousa (2008) comenta sobre a importância destas dimensões de competências, e nos fala que elas devem sempre acontecer em conjunto, se mantendo inseparáveis, no intuito de evitar a fragmentação. E reforça as mesmas surgiram como uma forma de superação aos desafios do Serviço Social contemporâneo, cabendo ao profissional técnico se apossar de tais conhecimentos. Portanto, trata-se de uma articulação entre a teoria e a prática, a investigação e a intervenção, a pesquisa e ação, a ciência e a técnica.

¹⁹IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

A Constituição Federal do Brasil, no ano de 1988 definiu que a Assistência Social, junto com a Saúde e a Previdência, formaria a Seguridade Social para que todos tivessem acesso à proteção social.

A partir disso a Assistência Social passou a ser uma Política Pública.

No dia 15 de outubro de 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que define o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela organização e aplicação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)²⁰ em todos os municípios brasileiros, obtendo sua implementação e consolidação através da NOB/SUAS 1/2005.

Com o objetivo de enfrentar as desigualdades sociais e visando a garantia dos mínimos sociais, foi criada esta política garantidora da universalização de direitos sociais para todo aquele que dela necessitar, sem nenhum tipo de contribuição prévia.

Para proteger a família das situações de violações de direitos o SUAS também criaram-se os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), e os Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), que são responsáveis, respectivamente, pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Neste item explanaremos sobre a assistência social básica e de média complexidade. As informações aqui contidas foram resumidas de algumas partes dos manuais de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social²¹ (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social²² (CREAS), respectivamente.

O que caracteriza a intervenção do Serviço Social nos Centros de Referência da Assistência Social são as demandas de famílias em situação de vulnerabilidade social.

²⁰ Lei 8742, de 07.12.1993. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências.

²¹ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Brasília: 2009.

²² _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília: 2011.

Ao necessitar de um dos serviços de referência, a família poderá procurar por uma das unidades do CRAS ou do CREAS, mais próximo à sua residência. Os atendimentos terão início com uma acolhida, após deverá ser realizado um cadastro, aonde constarão todos os dados referentes à mulher responsável da família, em seguida o esposo ou companheiro e os filhos e/ou outros parentes. Após a acolhida, será realizada a entrevista, com escuta qualificada, das demandas dos usuários, para então, serem tomadas as providências necessárias para a solução do problema apresentado.

Em determinadas situações poderão ser realizadas visitas domiciliares que acontecerão em um determinado dia da semana. Na visita será feita a entrevista familiar por um (a) Assistente Social e/ou Psicólogo (a), e serão coletados dados, prestadas orientações, e encaminhamentos da família em seus diversos processos.

A visita domiciliar é uma ótima ferramenta para a aproximação e avaliação da família no âmbito familiar. Também poderão ser realizados outros acompanhamentos como o Programa Bolsa Família, vigilância ao idoso, à pessoa com deficiência, etc.

A intervenção também ocorre através da vigilância social que exige o conhecimento, a promoção e a inclusão das famílias referenciadas e o acompanhamento das famílias beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e do Programa Bolsa Família. Assim como encaminhamentos, se necessário, para medidas sócio-educativas²³.

A Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização. Suas principais ações e mediações estão focadas nos seguintes seguimentos: Programa de Atenção Integral a Família – PAIF: acolhimento, acompanhamento, inserção em serviços socioeducativos de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para demais serviços socioassistenciais e de outras políticas. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: para crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência. O CRAS possibilita o acesso ao Programa Bolsa Família, realiza

²³ São as medidas aplicáveis ao adolescente, que, depois do devido processo, foi considerado responsável pelo cometimento de um ato infracional. Estas medidas são as dispostas no artigo 112, incisos I a VI: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional.

encaminhamentos ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, a fim de contribuir para a gestão integrada de serviços e benefícios, permitindo o acesso dos beneficiários de transferência de renda aos serviços socioassistenciais locais.

Benefícios Eventuais: 2ª via de certidões de nascimento e casamento, fotos para documentação, auxílio de alimentos em situações emergenciais, vale transporte municipal, auxílio funeral. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), art.22, prevê que, o benefício eventual é destinado para famílias cuja renda per capita seja inferior a ¼ de salário mínimo, sendo concedido em situações de vulnerabilidade temporária e em caso de calamidade pública.

O CRAS encaminha referências ao CREAS.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) realiza o serviço de proteção social especial de média complexidade, com os objetivos de: fortalecer o desempenho protetivo da família; incluir as famílias no sistema de proteção e nos serviços públicos conforme a necessidade; contribuir para integridade e autonomia dos usuários; interromper os padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos; potencializar recursos para a superação da situação vivenciada e reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social; construir novas referências, quando for o caso; proporcionar o acesso das famílias e indivíduos aos direitos socioassistenciais e à rede de proteção social; e fortalecer o exercício do protagonismo e da participação social.

Os recursos financeiros são oriundos do Governo Municipal (Conselho Municipal de Assistência Social) e Governo Federal (Programas PAIF²⁴ e PAEFI²⁵).

Na Proteção social especial de média complexidade são atendidas todas as pessoas do município, que necessitem deste serviço.

Nos serviços ofertados pela Proteção Social Especial de Média Complexidade podem ser atendidos famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência intrafamiliar, violência física ou psicológica; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do

²⁴ O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF é o principal programa de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS.

²⁵ Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; negligência e abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI²⁶ em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes.

O trabalho em rede na média complexidade, é articulado através de encaminhamentos, principalmente da Proteção Social Básica (CRAS Canoas e CRAS Ipanema), da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Tutelar, Disque 100 (Direitos Humanos), e do Poder Judiciário.

Em Pontal do Paraná, há também os parceiros que recebem os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, na prestação de serviços à comunidade. São eles: Biblioteca Municipal, Secretaria Municipal do meio Ambiente, CRAS canoas e Ipanema, Corpo de Bombeiros e outros.

3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO

De acordo com o artigo primeiro da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), a assistência social é “um direito do cidadão e um dever do Estado”. É uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

E ao falarmos sobre necessidades básicas, lembramos logo da questão social. E ao lembrar questão social, não há como não associar o tema à concepção mais difundida dentro do Serviço Social, ou seja, a concepção de Iamamoto (1995):

a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1995, p.77)

²⁶ Conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O Programa, além de assegurar transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. A frequência à escola também é exigida.

Dessa forma, é através da questão social e das suas expressões, que vivenciamos as contradições diárias que envolvem o capital-trabalho. É a questão social que nos permite desvendar as desigualdades sociais, os modos de vida das populações, suas culturas, suas políticas e formas de economias. Também é no seio da questão social que encontramos as lutas por direitos, resistência ao capitalismo, os sentimentos de exclusão social, a dominação do patrão ao subalterno, ou ainda do mais forte sobre o mais fraco. O que nos remete ao tema deste TCC que é a atuação da Rede de Enfrentamento em uma das mais tristes expressões da questão social na atualidade, ou seja, a violência sexual contra as crianças e adolescentes.

Considerando que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como uma expressão da questão social e faz parte das demandas diárias no trabalho dos assistentes sociais. E, ao fato que para o trabalho “acontecer”, é extremamente relevante um atendimento multiprofissional, com um total envolvimento, que só irá ocorrer se houver uma Rede de Enfrentamento em ação. A existência da rede se faz necessária para que através da união dos órgãos e agentes envolvidos, conectados, busquem meios para que as crianças ou adolescentes com seus direitos violados, assim como suas famílias, superem a situação vivenciada, com redução de traumas ou consequências graves de ser solucionadas.

Ao lermos as Orientações Técnicas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (2011), podemos compreender a importância dos agentes se articularem entre si:

A articulação na rede socioassistencial se traduz por meio de conexões entre as Unidades do SUAS para que, de forma complementar e continuada, possam atender às demandas dos indivíduos e famílias. Nesse sentido, recomenda-se a definição de fluxos para o relacionamento entre essas Unidades, com vista ao atendimento integrado a fragmentação e/ou a sobreposição das ações. A adoção de fluxos deve subsidiar a prática cotidiana de encaminhamentos e relacionamento entre as Unidades do SUAS no acompanhamento a famílias e indivíduos. Para potencializar esta articulação podem ser utilizadas diversas estratégias, a exemplo de reuniões entre instituições da rede, capacitações comuns e realização de eventos para a integração entre as equipes. (MDS, CREAS, 2011, p.63)

Podemos entender que para potencializar os efeitos dessa articulação é necessário que seja estabelecido um fluxograma para subsidiar o relacionamento entre os serviços, e esse deve funcionar de maneira a criar diversas estratégias, entre elas, reuniões, capacitações, eventos, palestras, fóruns, enfim qualquer instrumento que exija integração entre as equipes que atuam na rede.

É necessário entender que o Serviço Social recorre à rede, sempre que surge uma demanda cujo atendimento ultrapassa sua competência, não podendo ser feito isoladamente, sendo assim, ocorre o encaminhamento para outros serviços para ter acesso a programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.

4. VIOLÊNCIA SEXUAL É VIOLAÇÃO DE DIREITOS

“Não fui, na infância, como os outros e nunca vi como os outros viam. Minhas paixões eu não podia tirar das fontes igual à deles; e era outro o canto, que acordava o coração de alegria. Tudo o que amei, amei sozinho.”
— Edgar Allan Poe

A problemática da violência sexual é um tema atual e muito discutido entre defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes, assim como entre representantes da justiça, da educação, da saúde e do serviço social.

Azevedo & Guerra (1997, p.11) classificam a violência sexual contra crianças e adolescentes como um tipo de violência doméstica, ou seja, todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. E afirmam que a violência sexual doméstica configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Concordando a classificação acima, podemos citar a definição da Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION -WHO, 1999):

Abuso sexual infantil é todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. São também aqueles atos que violam leis ou tabus sociais em uma determinada sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado pela atividade entre uma criança com um adulto ou entre uma criança com outra criança ou adolescente que pela idade ou nível de desenvolvimento está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a criança abusada. É qualquer ato que pretende gratificar ou satisfazer as necessidades sexuais de outra pessoa, incluindo indução ou coerção de uma criança para engajar-se em qualquer atividade sexual ilegal. Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais. ((WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO, 1999 apud MOURA, 2007, on line).

É importante ressaltar que em ocorrências desse tipo, a criança deve sempre ser vista e lembrada pela vitimização, não devendo jamais ser transformada

em culpada, porque o mecanismo utilizado e exercido pelo causador da violência sexual é a coerção, e a intenção do processo de Violência Sexual é sempre a busca pelo prazer (direto ou indireto) do adulto. A coerção tem suas raízes num padrão que vigora em nossa cultura e que pode ser classificado como adultocêntrico, aonde prevalece a autoridade do adulto sobre a criança.

Em relação à coerção, (CHAUÍ 1985²⁷, apud NEVES, et al., 2010), fala que, na sua opinião, a violência não é uma violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sim a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio. Ela se mostra ligada ao poder, pois se um domina de um lado, do outro está o sujeito dominado, violentado, ou seja, fica estabelecida uma relação de forças em que um pólo se caracteriza pela dominação e o outro pela coisificação. Porém, nem a violência nem o poder são fatores naturais, intrínsecos ao ser humano.

Através dessa definição é possível constatar que o tema é complexo e envolve diversas questões, desde as sexuais, intelectuais, sociais, éticas e legais, entre outras. Parece evidente supor que uma criança não pode consentir em fazer algo a que não está preparada física nem psicologicamente a decidir, e que tampouco se familiariza com certas formas de contato para opor resistência. A situação torna-se incompreensível quando o abuso sexual ocorre a partir de um familiar ou de uma pessoa muito próxima e de quem a criança depende afetivamente.

Toda criança ou adolescente é um cidadão em desenvolvimento tendo, portanto, seus direitos definidos e assegurados por lei. Dessa forma entende-se que seu desenvolvimento psicofísico deve ser protegido e preservado de todo e qualquer tipo de violência que possa vir a interferir de forma negativa em seu processo de desenvolvimento. Essa concepção é bem esclarecida no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que traz em seu artigo 5º que,

nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.(ECA,1990, art. 5º).

²⁷Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In Cavalcanti, M. L. V. C.; Franchetto, B., & Heilborn, M. L. (Orgs.) *Perspectivas Antropológicas da mulher* (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar.

Partindo do entendimento que o abuso sexual pode ser visto como uma das expressões da violência cometida contra crianças e adolescentes e de que o mesmo pode ser cometido dentro do próprio lar e por pessoas da própria família, existe uma preocupação de alguns estudiosos a respeito da importância do afeto e da segurança familiar.

Azevedo e Guerra (1989), explicam que a família deveria funcionar como um porto seguro para a criança, mas que no caso da violência sexual infanto-juvenil, a figura agressora usa de carinhos e palavras amorosas como armas para seduzir e demonstrar que suas atitudes são um ato de amor e natural, potencializando a culpa e resultando no sofrido silêncio.

Consequentemente, a criança ou adolescente que sofre o abuso “crê que o contato sexual é forma de amor familiar; conta histórias alegando outro agressor para proteger membro da família” (Deslandes, 1994²⁸, apud CRAMI, 2009, p. 19).

Devido ao fato da maioria dos casos ocorrerem dentro de seus próprios lares as crianças e os adolescentes tornam-se mais vulneráveis aos agressores. A insegurança dificulta o pedido de socorro e com isso muitos sofrem calados, não confiando nem mesmo em parentes próximos.

O medo, ou a vergonha de confessar os maus tratos a outros familiares, pode ser proveniente de ameaças sofridas após a agressão, o que ocasionaria a coação; além de, em inúmeras vezes, as vítimas manterem silêncio com a intenção de proteger outros integrantes da família, ou ainda, por sentimento de culpa, por serem advertidas pelo abusador, ou por medo de serem julgadas com incredulidade.

Há alguns anos atrás não era comum à sociedade falar abertamente sobre o tema, e as famílias demonstravam constrangimento ou receio de confiar a alguém a ocorrência de algum fato dessa natureza. Havia poucos debates públicos sobre o assunto e quase todos os adultos envolvidos optavam por omitir o fato ignorando, dessa forma, os riscos físicos e psicológicos que poderiam ocorrer às vítimas.

Atualmente devido ao Estatuto da Criança e do Adolescente, às políticas públicas em defesa da garantia dos seus direitos, à conscientização da sociedade como um todo e à atuação da mídia, as vítimas e seus familiares tem sido encorajados a delatar o fato às autoridades competentes. Também se torna mais evidente o trabalho de observação nas escolas por profissionais responsáveis pela

²⁸DESLANDES, S.F. Prevenir a Violência. Um desafio para educadores. FIOCRUZ/ENSP/CLAVES – Jorge Careli, Rio de Janeiro, 1994.

educação. Todos os profissionais que prestam algum tipo de atendimento às crianças e aos adolescentes estão mais atentos aos “sinais” emitidos por estes, num constante desafio de erradicar, ou ao menos reduzir, os casos omissos.

Violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno que ocorre em grande escala, tanto no Brasil como em países do exterior, sendo considerado crime hediondo contra a vida.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990:

nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Art. 5º, Lei 8069/90.

No entanto, o que podemos ver constantemente, em nossa rotina de trabalho e através das mídias, são constantes casos de crianças e adolescentes abusadas sexualmente, na maioria das vezes, dentro do próprio lar, ou ainda, utilizadas no comércio da prostituição.

Através desses fatos, podemos constatar que, apesar de toda uma legislação que protege (ou deveria proteger) as crianças e os adolescentes, muitos ainda sofrem por negligência, discriminação, exploração e violências físicas e psicológicas devido aos constantes casos de abuso.

Na Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu artigo 4º está escrito que: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. E o artigo 227 nos diz que:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF/88, art. 227).

Portanto ambas as sociedades civil e governamental devem buscar soluções para o problema que afeta de maneira marcante a infância e a adolescência de boa parte da nossa população.

As crianças e adolescentes precisam ter assegurado o direito de ser simplesmente criança ou adolescente, na fase de vida que lhe é própria, por isso temos de nos mobilizar e ter o compromisso de garantir esse direito.

Essa preocupação em buscar soluções para essa grave expressão da “questão social” recebeu um impulso a partir de um fato ocorrido no dia 18 de maio

de 1973, na cidade de Vitória – ES. O fato ocorrido foi o sequestro de uma menina (Araceli)²⁹ de apenas oito anos de idade, que foi drogada, estuprada, espancada, mordida em suas genitálias, queimada com ácido no corpo e na face e mantida desaparecida por vários dias. Um crime hediondo causado por rapazes da alta sociedade que não foram devidamente punidos, e isso gerou enorme abalo à sociedade e repercutiu a Defesa dos Direitos Humanos.

A data tornou-se um marco no enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o Brasil e todo dia 18 de maio é lembrado como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, através de manifestações, mobilizações e eventos na defesa da garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

4.1 CONCEITUANDO:

Abuso Sexual é toda e qualquer conduta sexual ocorrida com uma criança ou adolescente através de um adulto ou até mesmo de outra criança mais velha. O abuso pode ser considerado através da penetração vaginal ou anal, de carícias nos órgãos genitais da criança ou do adolescente, feitas pelo (s) agressor(s) assim como o mesmo obrigar ou induzir a criança ou adolescente a lhe acariciar. Também é abuso sexual todo e qualquer tipo de contato oral genital, ou até mesmo, roçar os genitais do adulto com a criança.

O abuso sexual pode ocorrer intrafamiliar ou extrafamiliar. No primeiro caso o abusador pode ser o próprio pai ou o padrasto, um irmão, tio, avô, ou qualquer outro que pertença ao âmbito familiar, independente de sexo. O abuso sexual extra familiar é o que ocorre fora de casa, por pessoa conhecida ou desconhecida, como por exemplo, na casa de um amigo ou conhecido da família, na casa de cuidadores, de vizinhos, na escola, na rua, no mato; enfim, em qualquer outro lugar que não seja a sua residência.

Por ser um fato que, na maioria das vezes é causado por conhecidos ou parentes, o silêncio das vítimas se torna evidente:

a violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente a cometida por familiares ou conhecidos, é um espaço de silêncios, segredos e sigilos. Verifica-se a freqüente existência de pactos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades, profissionais, que a encobertam, desqualificando revelações verbais e não verbais das vítimas,

²⁹Caso Araceli. Disponível em < <http://www.diariojurista.com/2013/05/caso-araceli-um-crime-que-chocou-o.html>> acesso em: 5 maio 2016.

negando evidências e sinais, em nome da fidelidade, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais de justiça. (FALEIROS; FALEIROS, 2001, p.18).

Também podem ocorrer no abuso formas de violência de difícil diagnóstico, já que pode ocorrer sem o contato físico, como utilizar a criança para elaborar um material pornográfico, ou mostrar os órgãos genitais, por exemplo. Por ser uma violência que ocorre normalmente no âmbito familiar numa relação de poder e coerção por parte do agressor, se torna muito difícil romper com o silêncio, sendo que o abuso pode ocorrer durante anos, só cessando quando, às vezes, a vítima se torna adulta ou consegue sair do convívio do (s) agressor (s). Faleiros e Campos (2000) nos dizem que:

em síntese, o abuso sexual deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas (FALEIROS & Campos, 2000, p.7).

Portanto trata-se de uma ação coercitiva, uma relação interpessoal de poder em que as crianças e os adolescentes têm seus direitos violados por um ou mais indivíduos em busca de um prazer narcísico. Como explica Gabel (1997)³⁰:

O abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: o poder exercido pelo grande, (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); e o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre o seu corpo (GABEL³¹, 1997, p. 10 APUD ARAÚJO, 2002).

Enquanto que a exploração sexual pode ser caracterizada pelo abuso sexual de crianças e/ou adolescentes, praticado por adultos em que ocorre alguma forma de remuneração em espécie ao menino ou menina e a terceiras pessoas. O intuito desse tipo de abuso é obter lucro. Nesta situação a criança ou adolescente é coisificada, tratada como um objeto sexual ou mercadoria. Portanto pode ser considerada uma exploração sexual comercial, na qual as crianças e adolescentes são induzidos ou coagidos à prostituição, implicando, dessa forma, numa escravidão contemporânea. A pornografia infantil também é considerada uma forma de exploração sexual, assim como o turismo sexual e o tráfico de menores ao território nacional para fins de prostituição.

³¹GABEL, M. Crianças Vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus, 1997.

4.2 DIREITOS HUMANOS

Ao realizarmos uma breve viagem histórica sobre a violência contra crianças e adolescentes em nosso país podemos constatar que a mesma só ganhou visibilidade a partir dos anos 80, e que isso foi possível devido ao processo de redemocratização do Estado, oriundo dos movimentos sociais que culminaram na aprovação de legislações reiterativas dos direitos desses sujeitos. No entanto, os anos que antecederam o êxito dessas conquistas foram marcados por diversos tipos de violência. Vale aqui ressaltar que as crianças e os adolescentes nem sempre foram vistos por este conceito e que sua categoria foi construída histórica e socialmente conforme a época e a sociedade onde viviam. Cordeiro e Coelho (2007) nos explicam que,

a definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, significa 'incapacidade de falar'. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não tinha condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carregava consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, regulando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado na sociedade. (CORDEIRO; COELHO, 2007, p 884).

Diante deste contexto podemos entender que a infância se caracterizava como uma fase indiferente aos adultos, fase esta, na qual as crianças não eram vistas como sujeitos de qualquer direito, exceto o de permanecer calada.

Sobre este aspecto podemos citar Àriés (1986): “de criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, [...] (ARIÉS, 1986, p. 10).

Através desta citação, nos apercebemos que a fase da adolescência não existia, considerando que se passava automaticamente, da infância para a fase adulta, quando as crianças passavam a ser cobradas precocemente a demonstrar uma postura adulta e integrar-se aos seus hábitos de vida.

Dessa forma, as crianças eram ensinadas a desenvolver tarefas que pudessem contribuir ao trabalho dos adultos, ou seja, seus aprendizados giravam em torno das necessidades dos adultos. Mas, neste sentido Àriés (1981), nos chama a atenção ao fato de não podermos por esse motivo, entender que as crianças não recebiam cuidados por parte dos adultos, o que ocorria era sim uma falta de consciência em relação às diferenças existentes entre as crianças e os adultos. Vejamos:

[...] o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (Ariès, 1981, p.156).

No entanto, com o surgimento e a evolução de instituições de ensino escolar, a sociedade burguesa passou a ter outra visão sobre as particularidades da infância, e compreender que as crianças deveriam receber melhor educação e formação, “em instituições especiais, adaptadas a essa finalidade”. (ÀRIÉS, 1981, p. 139). Vale aqui ressaltar que a descoberta dessa particularidade infantil ocorreu em paralelo às transformações sociais que, em consequente transformaram as famílias e seus conceitos.

Nesta continuidade, através do surgimento das escolas, as crianças passaram a ter outros contatos, além dos adultos, deixando de agir apenas como tais e, aprendendo novas formas de se comportar, obtendo um aprendizado mais direcionado às crianças, que de fato, eram. E ao longo do século XVII, as famílias passaram a participar mais ativamente desse processo de mudança, no qual as crianças obtinham uma nova educação, agora mais formal.

Com isso podemos analisar que foram tecidos novos olhares sobre a representação das crianças enquanto sujeitos, parte de uma sociedade.

Entretanto, quando ocorreu a Revolução Industrial no final do século XIX. Essas mesmas crianças passaram a ser vistas, como outrora, como uma potencial força de trabalho barata, conservando dessa forma a característica medieval de passagem precoce da infância à vida adulta. Então elas passaram a deixar as escolas e a fazer parte dos grupos de trabalhadores explorados por seus patrões, em condições exaustivas e desumanas.

Sarmiento e Vasconcelos (2007, p. 34-37) explicam que existiam “legiões de crianças inseridas, de sol a sol, em oficinas e fábricas ou exploradas em outras múltiplas atividades produtivas”.

E sobre este assunto Amarilha apud Cordeiro (2007) nos fala com propriedade que:

se a vida em comum com os adultos antes da Revolução Industrial tratava a criança com descaso, agora, o seu valor enquanto geração de braços para indústrias e cabeças para o comando lhe trás o exílio de seu tempo viver a

infância passa ser um período dominado por modelos de preparação para ser o futuro adulto. A criança como tal, com identidade específica, continua desrespeitada e desumanizada. (AMARILHA³² apud CORDEIRO; COELHO, 2007, p. 885).

E, de acordo com (MARTINS, 2010), além de as crianças serem alugadas para trabalhar nas minas de carvão por até 16 horas ao dia, ainda permaneciam acorrentadas para impedir que fugissem.

Portanto, o período da Revolução Industrial foi marcado pela ordem burguesa e em favorecimento ao modo de produção capitalista, ocasionando às crianças a omissão e a negligência de direitos. Segundo Torres, Filho e Morgado (2008):

É nesse período que a imagem do menor começa a ser constituída, sob a necessidade de formar uma classe trabalhadora nacional, a virada do século é marcada pela intervenção estatal, dessa forma, o menor vai se constituindo como categoria que define crianças e adolescentes pobres das cidades que, por não se encontrarem sob a autoridade dos pais, são consideradas abandonadas. Tendo, dessa forma, a execução dessas ações voltada para a correção e punição, longe da concepção de direito e cidadania. (TORRES, FILHO E MORGADO, 2008 p.102).

Percebemos, portanto, que de acordo com estes autores, as crianças e adolescentes foram os últimos a terem seus direitos reconhecidos, e que no Brasil isso só veio a ocorrer a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948³³, quando os temas relacionados à violência contra crianças e adolescentes passaram a ter maior evidência, vindo a culminar na Declaração Universal dos Direitos das Crianças no dia 20 de novembro do ano de 1959. Onde está escrito que “as crianças tem Direitos - Direito à igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade”. Tendo por seu primeiro princípio que:

a criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família. Direito a especial proteção para o seu

³² MARILHA, Marly, 1999, V. 11, nº 2, p.128. Infância e Literatura: Traçando a História. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9497/6865>> acesso em 26 ago. 2016.

³³ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

desenvolvimento físico, mental e social. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS – UNICEF³⁴, 1959).

Entretanto, Branco (2012) nos diz que foi a partir do século XX que as crianças e adolescentes começaram a obter algum tipo de garantia de direitos, e que isso ocorreu mais precisamente no ano de 1927, através do “Código de Menores”³⁵, e que o mesmo Código só veio a ser alterado através da Lei nº 6697 de 10 de outubro de 1979, quando teve início a conhecida “década da liberdade e justiça social”, marcada por diversos movimentos sociais que desencadearam os grandes movimentos de combate à violência familiar; contra as mulheres, e na defesa das crianças e adolescentes, culminando na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990.³⁶

Portanto, a década que atingiu o final dos anos 70 e se estendeu ao longo dos anos 80, foi marcada por vários movimentos sociais, originando os posteriores movimentos de combate à violência familiar, contra as mulheres e contra o abuso infantil juvenil.

A luta na defesa da garantia de direitos das crianças e adolescentes surgiu baseada no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua³⁷ no ano de 1985, e Torres, Filho e Morgado (2008) nos contam que as práticas de atendimento, passaram a ser foco de questionamentos entre as próprias instituições públicas, sendo que as mesmas acabaram unindo esforços com os movimentos sociais pela aprovação de emendas populares que garantissem os direitos de proteção integral às crianças e aos adolescentes. Todos estes esforços culminaram na promulgação

³⁴ O Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês United Nations Children's Fund - UNICEF) é um órgão das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças e ajudar a dar resposta às suas necessidades contribuindo para o seu desenvolvimento.

³⁵ Devido a preocupação com a criminalidade juvenil, nasce a primeira codificação exclusivamente voltada para tratar dos interesses das crianças e adolescente, qual seja o Código de menores, sancionado em 1927, o chamado “Código Mello Mattos”, em homenagem ao autor do projeto.

³⁶ Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Responsabiliza nominalmente a família, a comunidade, a sociedade e o Estado pelo bem-estar e saudável desenvolvimento da infância e da juventude. Este documento legal alterou fundamentalmente a legislação de proteção à infância e juventude no país, revogando o antigo Código de Menores e adequando a legislação infraconstitucional às disposições constitucionais e aos parâmetros internacionais de proteção.

³⁷ Este Movimento começou a existir em 1982 e se constituiu como uma entidade civil independente no ano de 1985. É um movimento que não presta atendimento direto aos menores, mas procura mobilizar os próprios menores, os técnicos, os educadores de rua, os diretores, os funcionários de instituições, enfim todos os que estão envolvidos com este segmento da população brasileira.

da Constituição de 1988, uma das maiores conquistas Nacionais, de todos os tempos.

Dessa forma, através da Carta Magna³⁸, a imagem centralizada de dominação adulta deixa de fazer parte da legislação brasileira e em seu lugar passa a existir a doutrina da Proteção Integral, resultando na elaboração e aprovação da Lei Complementar ao artigo 227, ora denominado “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90).

O assunto passou a fazer parte da agenda do governo e no ano de 2000 foi feito o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente, sendo decretado e sancionado o dia 18 de maio como Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

4.3 REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

De uma forma simples, podemos definir rede como: palavra originária do latim “retis”, e que nos dicionários da língua portuguesa se define como: o entrelaçamento de fios com aberturas regulares, capazes de formar uma espécie de tecido.

No trabalho social, a rede de proteção à criança e ao adolescente se constitui como uma importante ferramenta na prevenção e no atendimento do fenômeno da violência sexual, às crianças e adolescentes que passam por este tipo de situação.

No âmbito das políticas públicas, obtemos uma definição mais direcionada aos trabalhos em rede. De acordo com Loiola e Moura (2000), as redes podem ainda ser consideradas como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos ou realizações comuns. Dessa forma:

no plano das políticas públicas, mais especificamente na política de assistência social, a rede socioassistencial constitui-se de ação articulada e integrada entre as diversas organizações governamentais e não governamentais que atuam nas políticas sociais. Só existe a rede na

³⁸ A Carta de 1988 foi uma constituição promulgada, ou seja, contou com a participação popular em sua elaboração. Ela é um documento formal e escrito (com um sistema ordenado de regras), dogmático (elaborado por um órgão constituinte), analítico e rígido, ou seja, seu texto é extremamente minucioso (prolixo) e só pode ser alterado com dificuldade (emendas constitucionais).

medida em que ela integra e articula diferentes ações. A rede de atendimento socioassistencial constitui em uma salvaguarda, para o apoio e a proteção social destinadas aos usuários dos serviços sociais, e que deverão receber dessa rede o amparo e o atendimento aos seus direitos. (LOIOLA E MOURA, 2000, P.54)

E, conforme orientam Lussi e Marinucci (2007):

a simbologia da “rede” é significativa para a compreensão do conceito: a rede não é apenas a soma de cordas. É uma maneira de entrelaçar as cordas de tal modo que, juntas, conseguem adquirir potencialidades que ultrapassam as capacidades individuais de cada uma delas. Em outras palavras, o trabalho em rede, além de ser uma forma privilegiada para somar forças, é também uma maneira de trabalhar de forma articulada que permite desdobrar as habilidades dos sujeitos envolvidos, garantindo uma maior eficácia no trabalho e maior eficiência nos resultados. (LUSSI E MARINUCI, 2007, p.1)

Para que o Plano de Enfrentamento da Violência Contra a Criança e o Adolescente possa surtir efeito, há a necessidade de um trabalho em rede de forma sincronizada e efetiva, ou seja, todos os órgãos que trabalham em prol da garantia dos direitos às crianças e adolescentes devem se comunicar, manter contato constante, fornecer “feed back” de suas ações e do desenvolvimento do processo de cada situação. Um intercâmbio regular, observando os preceitos da ética e o sigilo profissional.

4.4 ÍNDICES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E NO PARANÁ

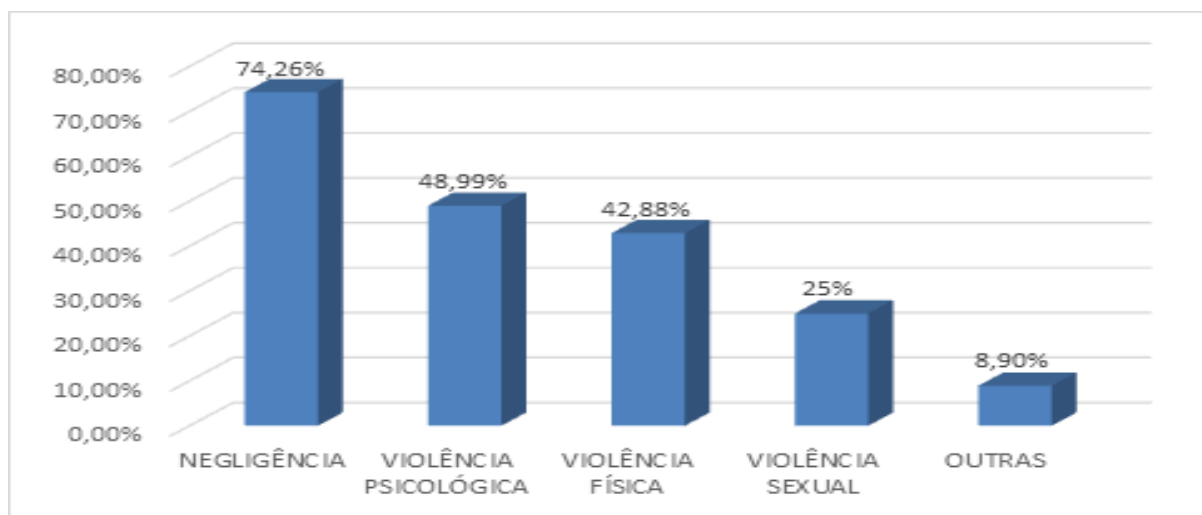
O Brasil apresenta um elevado índice de abuso e exploração sexual, e no estado do Paraná, os números são evidentes. Segundo o Ministério Público (2014): “praticamente uma em cada quatro denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes registradas no Brasil, em 2013, partiu do Paraná”.

Segundo estatísticas do próprio órgão, “foram 1.716 notificações no Estado, totalizando 24% dos 7.217 registros feitos no país”.

Os números são da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, que centraliza as queixas no Disque 100. Segundo dados, no ano de 2014, ocorreram 91.342 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Pelos cálculos, semelhante ao ano anterior 2013, a violência sexual contra crianças e adolescentes ocupou o 4º lugar, dentre os 13 tipos de violações registradas. “com o relato principalmente de casos de negligência, violência psicológica, física e sexual”, informou a ministra

da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) Ideli Salvatti, no lançamento da Campanha de Carnaval pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, no ano de 2015. Podemos observar nos gráficos a seguir que a violência sexual foi relatada em 25% das denúncias, somando 22.840 casos, e que o Estado do Paraná ocupou o 6º lugar em denúncias.

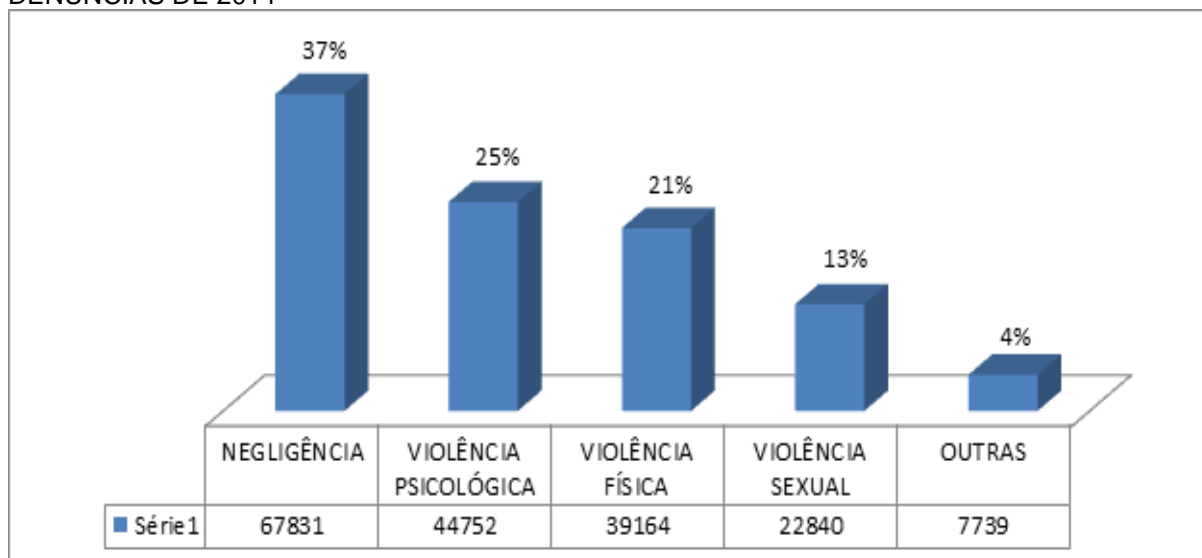
VIOLAÇÕES MAIS RECORRENTES EM CRIANÇA E ADOLESCENTE REGISTRADAS NAS 91.342 DENÚNCIAS DE 2014



FONTE: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

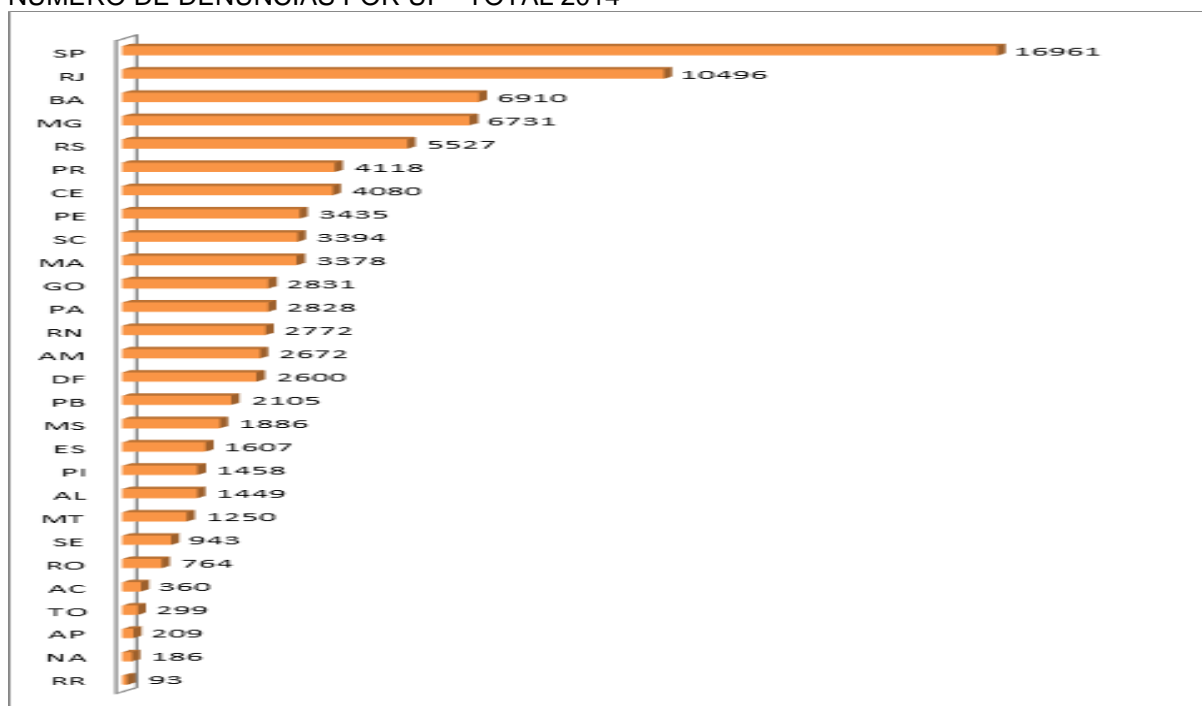
Aqui é importante explicar que cada denúncia pode conter vários tipos de violações e, seguindo este contexto, foram contabilizadas 182.326 violações, nas 91.342 denúncias.

VIOLAÇÕES MAIS RECORRENTES EM CRIANÇA E ADOLESCENTE REGISTRADAS NAS 91.342 DENÚNCIAS DE 2014



FONTE: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

NÚMERO DE DENÚNCIAS POR UF - TOTAL 2014



FONTE: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

No entanto, podemos considerar tais números apenas como sub dados, pois nem todos os casos são denunciados ao Disque Direitos Humanos, mais conhecido como Disque 100, que trata-se de um serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e recebe ligações gratuitas, que podem ser realizadas de qualquer telefone, tanto fixo, quanto celular, de qualquer parte do Brasil. Neste número são aceitas denúncias sobre toda e qualquer tipo de violação de direitos humanos, inclusive as denúncias de abuso ou exploração sexual em crianças e adolescentes. O denunciante pode se manter no anonimato ou se identificar, caso prefira, e também pode sanar toda e qualquer dúvida sobre a garantia ou privação de direitos. As ligações são atendidas através do número 100, durante vinte e quatro horas, todos os dias, inclusive aos feriados.

Após o registro da denúncia, o caso é avaliado e direcionado ao órgão competente da localidade a qual a (s) vítima (s) pertença para as devidas providências; como averiguação dos fatos, visitas domiciliares e acompanhamento.

A partir dos dados gráficos acima, torna-se possível obtermos uma noção de que muitas crianças e adolescentes se encontram vulneráveis a algum tipo de violação de direitos, e de que o número aproximado de casos que ocorrem anualmente é assustador.

No entanto, nem todos os casos de abuso ou exploração sexual em crianças e adolescentes são denunciados através desse meio, muitos procuram ajuda nas Escolas, Delegacias de Polícia, Conselhos Tutelares e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) ou no próprio Ministério Público.

As divergências de informações e/ou a falta de notificações ou registros entre os órgãos de atendimento e proteção à criança e ao adolescente dificultam o estabelecimento de ações ao enfrentamento do problema.

Portanto, não se tem um registro exato do número de casos que acontecem no Estado ou em seus municípios. O que se sabe é que o número é bastante elevado.

4.5 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Lei 8069/90 do ECA, prevê em seu Estatuto, da criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), à fim de que as crianças e adolescentes de cada município tenham seus direitos priorizados.

O CMDCA é o órgão que atua na formulação e no controle da execução das políticas sociais para assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Possui caráter deliberativo, legítimo, formulador e normatizador das políticas públicas, controlador das ações, gestor do Fundo, de composição paritária e articulador das iniciativas de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (ECA – artigo 88, 214 e 260).

Suas diretrizes e propostas devem ser integradas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e seu Plano de aplicação dos recursos do Fundo, ser enviado junto com a proposta orçamentária ao Poder Legislativo, para que sejam aprovadas.

É formado por representantes de organizações representativas e por uma Secretaria Executiva que serve de apoio administrativo às atividades do Conselho.

Todos os conselheiros têm suas atribuições definidas através do regimento interno e se reúnem uma ou duas vezes ao mês com a função de formular e acompanhar a execução das políticas públicas de atendimento. Os conselheiros são escolhidos através de foro próprio, não recebem remuneração pelos trabalhos prestados e são, em sua maioria, da esfera municipal de governo, de entidades privadas ou de movimentos comunitários.

O Conselho municipal é responsável pelo processo seletivo do Conselho Tutelar, como podemos ler na Resolução 139, de 17 de março de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA):

Art. 7º Caberá ao Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, na legislação local relativa ao Conselho Tutelar e nas diretrizes estabelecidas na presente Resolução.

4.5.1 Conselho tutelar

Os conselhos Tutelares também foram criados a partir da promulgação do ECA e seus deveres de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na Lei 8069/90. São vinculados ao Poder Executivo, representado pela Prefeitura do município e podem ter suas decisões avaliadas e/ou revistas pela Justiça da Infância e da Juventude.

Cada município deve dispor de, ao menos, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, eleitos pela comunidade para cumprir um mandato de três anos, podendo haver uma recondução.

Segundo o Ministério Público do Paraná (MPPR):

quando houver resistência para a criação do Conselho Tutelar, qualquer cidadão pode e todo servidor público deve comunicar ao Promotor local da Infância e da Juventude a não-oferta local dos serviços devidos pelo Conselho Tutelar (por sua inexistência) para a promoção da ação pública correspondente nos termos do artigo 220 do Estatuto, cabendo no caso aplicação de multa à autoridade responsável, nos termos do art. 213.(MPPR, ABC DO CONSELHO TUTELAR, 2016)

Os conselheiros são servidores públicos, porém não são funcionários públicos. Têm função reconhecida como relevante (art. 135 ECA), mas podem até não receber remuneração. No entanto, os municípios reservam uma verba do orçamento, através da Lei Municipal em seu artigo 134, parágrafo único ECA, para a manutenção do Conselho, inclusive, da gratificação mensal aos conselheiros, por seus trabalhos prestados à Defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e tem atribuições definidas.

De acordo com o ABC do Conselho Tutelar (2016), são atribuições dos Conselheiros Tutelares regularmente eleitos e empossados:

1. Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção.
2. Atender e aconselhar os pais ou responsável e aplicar medidas pertinentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. Promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça quando alguém, injustificadamente, descumprir suas decisões.
4. Levar ao conhecimento do Ministério Público fatos que o Estatuto tenha como infração administrativa ou penal.
5. Encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes.
6. Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas sócio-educativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores.
7. Expedir notificações em casos de sua competência.
8. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.
9. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentar para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
10. Entrar na Justiça, em nome das pessoas e das famílias, para que estas se defendam de programas de rádio e televisão que contrariem princípios constitucionais bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.
11. Levar ao Ministério Público casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder.
12. Fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais que executem programas de proteção e sócio-educativos. (MPPR- ABC DO CONSELHO TUTELAR, 2016, p. 03).

Portanto, nesta síntese podemos compreender que o Conselho Tutelar executa funções públicas não jurisdicionais e quando suas deliberações não são cumpridas, o assunto é encaminhado ao Poder Judiciário.

4.6 PODER JUDICIÁRIO

A principal função do Poder Judiciário é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais dos cidadãos, assim como defender e resolver conflitos que envolvam, além dos mesmos, entidades e Estado. Praticando a promoção da justiça através de investigações, apurações, julgamentos e punições. Sendo que todas as suas determinações devem ser embasadas pela Constituição Federal.

O estupro encontra-se disposto no art. 213 do Código Penal Brasileiro (CP), que com a reforma da lei 12.015 de 07 de agosto de 2009 passou de “crime contra os costumes” para “crime contra a dignidade sexual” cujo bem juridicamente protegido continua sendo a liberdade sexual. Também, com a atual lei, o sujeito passivo do crime de estupro deixou de ser exclusivamente da mulher, demonstrando, agora, a preocupação com todos os gêneros, que podem figurar

como vítimas e agressores. No entanto, nosso recorte será baseado nas crianças e adolescentes vitimizadas por esse crime.

Azevedo e Guerra (1994) nos dizem que:

recomenda-se proteção imediata à vítima quando a estrutura e o funcionamento da família incestogênica indicar a inexistência de condições capazes de barrar a reiteração do abuso com a mesma vítima ou sua extensão a outras no mesmo lar. (AZEVEDO & GUERRA, 1994, p. 104).

Portanto, ao menor indício de abuso, é importante que ocorra uma investigação, pois a prioridade deve ser o bem estar da criança/adolescente, que na maioria das vezes, habita o mesmo lar que o suposto agressor. Para tanto o trabalho do Poder Judiciário se faz presente e atuante.

Existem duas possibilidades nos casos de violência sexual contra crianças/adolescentes: a primeira enseja a constância da criança na família. E a segunda a sua retirada por um tempo “determinado”, pois em muitos casos a criança/adolescente fica afastada por muitos anos. Sobre o primeiro caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe no seu artigo 130: “Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum”.

4.6.1 Núcleo de proteção à criança e ao adolescente vítimas de crimes - NUCRIA

NUCRIA é uma delegacia que presta atendimento especializado às crianças e adolescentes que sofrem por algum tipo de crime, como violência sexual, lesão corporal, violência familiar e envolvimento com pornografia infantil, além de outros delitos que denotem situação de risco.

No litoral do Paraná, até o momento há apenas uma Delegacia do NUCRIA. Localizada em Paranaguá, e que presta atendimento aos moradores daquele município.

Portanto, as crianças e adolescentes do município de Pontal do Paraná, nosso campo de estudo, não recebem esse atendimento especializado e têm suas denúncias registradas e acompanhadas pela Delegacia de Polícia Civil, localizada no Balneário Ipanema.

A Delegacia ouve o relato da criança/adolescente ou ainda, de um responsável, registra o Boletim de Ocorrência e em seguida encaminha a vítima

para exames no Instituto de Medicina Legal (IML) de Paranaguá, para que seja feito o exame de perícia médica e gerado o laudo onde constará se o abuso foi ou não consumado.

4.6.2 Instituto de medicina legal – IML

O Instituto Médico-Legal é um órgão público subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP.

Presta serviços de Polícia Científica na área de Medicina Legal, realiza perícias médico-legais em cadáveres, partes de corpos, ossadas completas ou não, em pessoas vivas, além de exames complementares (laboratoriais) nas áreas de anatomia patológica, toxicologia, química legal e sexologia forense, requisitadas por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciários e administrativos.

Quando o estupro é recente, ou seja, nas primeiras 24 horas, é considerado como “estupro do dia”, portanto é atendido imediatamente, feito exame ginecológico, onde se verifica rotura de hímen, lesão vaginal ou anal e/ou presença de sêmen; também é realizada a coleta de amostra de secreção através de swab vaginal/anal, de acordo com a denúncia. As roupas íntimas da vítima também são requisitadas para envio ao laboratório. Após o exame no IML, a criança/adolescente é encaminhada ao Hospital Regional do Litoral para atendimento médico, coleta de exames para DSTs e profilaxia³⁹ medicamentosa.

Entretanto se a queixa for de abuso recorrente, de longa data, o exame é agendado e não são coletadas amostras para exames laboratoriais.

No entanto, os exames nem sempre são conclusivos, de acordo com o Protocolo Forense IML Curitiba tais casos são:

de difícil suspeita e complicada confirmação, os casos de abuso sexual na infância e adolescência são praticados, na sua maioria, por pessoas ligadas diretamente às vítimas e sobre as quais exercem alguma forma de poder ou de dependência. Nem sempre acompanhado de violência física aparente, pode se apresentar de várias formas e níveis de gravidade, o que dificulta

³⁹Profilaxia é um termo muito utilizado na medicina e na odontologia, possui origem grega e significa: precaução, ou seja, as medidas tomadas para prevenir ou atenuar doenças. No caso acima, são os medicamentos administrados com a finalidade de evitar ou combater alguma possível DSTs e a administração da pílula do dia seguinte, (no máximo em até 72 horas após a ocorrência).

enormemente a possibilidade de denúncia pela vítima e a confirmação diagnóstica pelos meios hoje oferecidos pelas medidas legais de averiguação do crime.(PROTOCOLO FORENSE IML CURITIBA, 2012, p.12)

De acordo com o Protocolo supracitado, perante um relato de abuso o profissional que presta o atendimento deve se ater a alguns outros sinais importantes, como por exemplo:

- Lesões corporais;
- Apatia;
- Irritabilidade;
- Agressividade;
- Tristeza profunda;
- Aparência suja e descuidada;
- Histórico de fugas de casa;
- Regressão de comportamento (urinar na cama);

Esses e outros tantos sinais podem demonstrar que a criança/adolescente passou ou está passando por algum tipo de abuso em sua residência ou fora dela, e requerem atenção.

Há uma resolução Estadual de junho de 2002⁴⁰, que determina que em casos de abuso ocorrido em até 72 horas, a vítima deverá ser atendida por um hospital de referência e o médico do IML deverá realizar o exame em conjunto com o médico clínico de plantão. Facilitando, dessa forma, o atendimento clínico, psicológico e preventivo. No entanto, na maioria desses casos, a vítima é encaminhada diretamente ao IML e após o exame é encaminhada ao Hospital, como já explicamos anteriormente.

Após os laudos ficarem prontos são encaminhados à Delegacia de origem, que tomará as devidas providências e posteriormente os encaminhará ao Fórum.

Por ser um Serviço Técnico-científico à disposição da Polícia e do Judiciário, especialmente, o IML emite laudos sigilosos que representam peças fundamentais nas investigações, inquéritos policiais e demais encaminhamentos jurídicos.

⁴⁰A Resolução Conjunta SEAP/SESA/SESP nº 03 de 21/10/2002, que firma Cooperação entre as Secretarias de Estado da Administração e Previdência, da Saúde, da Segurança Pública e, da Justiça e da Cidadania com a interveniência da Polícia Civil e do Instituto Médico Legal, para assegurar o atendimento integral à mulher, à criança e ao adolescente vítimas de violência sexual.

4.6.3 Legislação brasileira

De acordo com a CF/88, em seu artigo 227, parágrafo 4º “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

E no Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com a Lei 8069/90 e suas alterações na Lei 11829/2008 constam, do artigo 240 ao 241- E, especificações e as devidas penas quanto aos crimes que envolvam crianças e adolescentes em todo e qualquer tipo de pornografia.

No Código Penal Brasileiro, podemos ler que estupro significa: "Constranger à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça" (CP, art. 213). Sendo considerada conjunção carnal a penetração do pênis na vagina, completa ou não, com ou sem ejaculação. Logo, estupro só pode ser cometido por pessoa do sexo masculino contra pessoa do sexo feminino, independente da idade. A pena de reclusão varia de seis a dez anos.

Abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados penalmente como corrupção de menores (art. 218) e atentado violento ao pudor (art.214), caracterizado por violência física ou grave ameaça.

O abuso sexual de meninas e meninos e de adolescentes inclui a corrupção de menores, o atentado violento ao pudor e o estupro (art. 213).

Com a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, o estupro e o atentado violento ao pudor passaram a serem considerados crimes hediondos e tiveram as penas aumentadas.

Os autores de crimes hediondos não têm direito a fiança, indulto ou diminuição de pena por bom comportamento.

Os crimes são classificados como hediondos sempre que se revestem de excepcional gravidade, evidenciam insensibilidade ao sofrimento físico ou moral da vítima ou a condições especiais das mesmas (crianças, deficientes físicos, idosos).

4.7 IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

No município de Pontal do Paraná, nosso campo de estudo, o trabalho em rede à proteção das crianças e adolescentes ocorre em articulação com a Proteção Social de Média Complexidade, o CREAS, a Proteção Social Básica, os CRAS, o

Conselho Tutelar, a Delegacia de Polícia Civil, o Instituto de Medicina Legal – IML de Paranaguá, o Hospital Regional do Litoral do Paraná e o Fórum Judicial de Pontal do Paraná. A articulação ocorre através de encaminhamentos, principalmente da Proteção Social Básica (CRAS), da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Tutelar, Disque 100 (Direitos Humanos), e do Poder Judiciário.

Após a denúncia na Delegacia de Polícia, a criança ou adolescente é encaminhada ao Instituto de Medicina Legal-IML para realização de exames de conjunção carnal e/ou de ato libidinoso. Com o resultado, em casos constatados positivos, o (s) suspeito (s) é (são) detido (s) e a vítima passa a ser acompanhada pelo Conselho Tutelar e pelo CREAS, que farão os encaminhamentos necessários para dar continuidade ao acompanhamento.

A Rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é fundamental para que haja uma Política pública eficiente. Para tanto é fundamental que exista uma real articulação entre todos os órgãos responsáveis.

No entanto, como poderemos avaliar na pesquisa de campo, no município em questão não ocorrem procedimentos em Rede, pois, apesar de ter vários órgãos que podem fazer esse entrelaçamento nos atendimentos, faltam capacitação e organização na rede propriamente dita. Como veremos a seguir, a partir das entrevistas realizadas.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

O capítulo que se apresenta pretende descrever a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa. A metodologia é parte integrante de qualquer pesquisa científica e pode ser entendida como um conjunto de técnicas que permitem apreender vários aspectos do objeto de estudo que desejamos investigar.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, aqui descrita, apropriou-se do método qualitativo que “[...] justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. (RICHARDSON, 2010, p.79).

E Minayo (2001, p.21) complementa ao dizer que “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A compreensão da metodologia inclui tanto as concepções teóricas quanto o conjunto de técnicas que permitem que o pesquisador trace sua trajetória na busca da apreensão da realidade.

O motivo de pesquisar sobre a rede de proteção no município de Pontal do Paraná surgiu a partir de observações que venho realizando, a partir do meu ingresso como servidora no Instituto Médico Legal do município de Paranaguá, onde na qualidade de Técnica de Enfermagem, presto os primeiros atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual; do meu Projeto de Aprendizagem desenvolvido na faculdade; assim como através do estágio obrigatório que desenvolvi junto ao CREAS desse município. Estágio este, que culminou em meu projeto de intervenção, “I Encontro Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Pontal do Paraná”, em maio de 2016. Um encontro que reuniu 106 profissionais em benefício da causa e, do qual surgiu uma carta de intenções que foi encaminhada à prefeitura para fins da criação de um Protocolo Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes.

Todo este processo me despertou o interesse pela questão da rede de proteção e resolvi conhecer como de fato funciona a rede e, se funciona. Partindo da hipótese de que não funciona ou encontra-se fragmentada devido à falta de incentivos financeiros e de políticas públicas adequadas. Neste sentido, “toda

investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (MINAYO, 2001, p.18).

Para realizar a pesquisa, elegemos os seguintes órgãos que atuam de alguma forma, direta ou indiretamente, junto ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Pontal do Paraná: CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia Civil, IML e Hospital Regional do Litoral.

Considerando que o CRAS atende as famílias em situação de vulnerabilidade social e conhece a realidade das famílias locais de sua área de abrangência, podendo ser comunicado sobre casos de violência sexual às crianças/adolescentes e referenciar os mesmos ao CREAS.

O CREAS que é o órgão responsável por acompanhar as famílias em situações de média complexidade, nos casos em que as mesmas passam por privações de direitos e que também realiza um acompanhamento periódico, por uma equipe de multiprofissionais, às crianças e adolescentes que têm seus direitos privados.

O Conselho Tutelar, que é o órgão que recebe as denúncias dos demais órgãos e que busca salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes nas hipóteses em que haja desrespeito, inclusive com relação a seus pais e responsáveis, bem como aos direitos e deveres previstos na legislação do ECA e na Constituição.

A Delegacia de Polícia Civil, que recebe as denúncias das vítimas ou de familiares da (s) mesma (s), que registra o Boletim de Ocorrência e encaminha ao IML para eventuais exames de conjunção carnal e/ou ato libidinoso. A Delegacia também é o órgão responsável pelo andamento do processo, pelas investigações e por fazer que a lei se cumpra, detendo os culpados para serem julgados pelo juiz.

O Hospital Regional do Litoral é o hospital de referência para os casos de estupro e possui um Protocolo próprio, desenvolvido especificamente para as vítimas de violência sexual que são encaminhadas para o mesmo num período de no máximo até 72 horas após a ocorrência, para que sejam realizados testes e exames de emergência para detectar possíveis DST/AIDS, bem como gravidez. No Hospital também são realizadas medicações de profilaxia.

Uma vez definida a natureza ou tipo de pesquisa, foi necessário definir qual

o método de coleta de dados mais indicado a ser utilizado. Entre os métodos existentes, foi escolhido aquele que melhor se ajustou a natureza do problema e atendeu os objetivos deste trabalho.

Planejamos, de início, fazer uma entrevista semi estruturada, pois neste tipo de entrevista, o entrevistador tem um conjunto de questões predefinidas, mas mantém a liberdade de colocar outras no decorrer da entrevista, caso seja do seu interesse. No entanto, ao primeiro contato para marcar as entrevistas com os profissionais das instituições, nos foi alegado por parte dos mesmos a falta de tempo hábil para conceder entrevista, entretanto se prontificaram a responder o questionário em suas horas de folga.

Diante disso, elaboramos um questionário com perguntas abertas previamente formuladas, que foi apresentado no momento inicial da exposição do trabalho, aos devidos profissionais das instituições, e os mesmos se prontificaram a responder e devolver assim que estivessem prontos.

As perguntas abertas são livres, podendo o entrevistado responder com suas próprias palavras, não se limitando a escolha de alternativas. As perguntas que pedem a opinião dos entrevistados podem ser boas questões de abertura, porque a maioria das pessoas gosta de expressar suas opiniões próprias.

De acordo com Richardson (2010):

Os questionários de perguntas abertas caracterizam-se por perguntas ou afirmações que levam o entrevistado, a responder com frases ou orações. O pesquisador não está interessado em antecipar as respostas, deseja uma maior elaboração das opiniões do entrevistado. (RICHARDSON, 2010, p.192,193).

Ao tratar do tema, Gil (2010, p. 121) pontua:

o questionário é a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.

Dessa forma, os questionários contendo perguntas estruturadas, foram entregues aos representantes dos cinco órgãos escolhidos para a pesquisa. Dos selecionados para responder às questões, apenas a representante do Hospital Regional do Litoral não respondeu ao questionário, alegando questões burocráticas.

5.2 PESQUISA DE CAMPO

Nesta parte, serão expostos e discutidos os resultados obtidos na pesquisa, através da fala dos entrevistados envolvidos na construção desse trabalho e das respostas transcritas.

5.2.1 Análise das informações coletadas

Antes de iniciarmos as análises, fazemos questão de explicar que a pretensão principal da pesquisa foi conhecer como é o trabalho exercido pelos representantes dos órgãos de proteção e saber se os mesmos reconhecem e/ou atuam junto a Rede de Enfrentamento à violência sexual contra as crianças e adolescentes no município de Pontal do Paraná.

A pesquisa foi aplicada a cinco profissionais, sendo que, desses três são servidores que exercem seus trabalhos junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, representando os respectivos órgãos: CRAS, CREAS e Conselho Tutelar. Uma é representante da Delegacia de Polícia Civil do mesmo município e a outra representante do IML do município de Paranaguá. Como já explicamos anteriormente, a representante do Hospital Regional do Litoral não conseguiu nos fornecer a entrevista.

Das pessoas entrevistadas, quatro são do sexo feminino, sendo duas com especialização, na área de questão social e políticas públicas respectivamente, uma com curso superior na área administrativa e outra na área de gestão pública. Apenas um dos entrevistados é do sexo masculino, e informou que possui curso superior, mas não especificou qual curso. Possuem faixa etária de 26 a 47 anos de idade, com tempo de graduação variando de três anos e meio a dez anos. Em relação ao tempo de serviço no órgão atual, a que tem menos tempo, tem seis meses trabalhados (mas trabalha na rede há mais de três anos) e quem possui mais tempo, possui treze anos na empresa.

De acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido assinado por ambas as partes da pesquisa, os nomes serão preservados. Portanto identificaremos os (as) profissionais por: P1, P2, P3, P4 e P5.

No intuito de facilitar a análise e a compreensão do leitor, os dados foram analisados de acordo com o roteiro da entrevista já elaborado (Vide Apêndice 2).

Iniciamos o questionário perguntando qual a atuação de cada um no enfrentamento à violência sexual em crianças e adolescentes, e obtivemos as seguintes respostas:

“Conselheiro Tutelar e membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente” (CMDCA). (P1).

“Atuo (Assistente Social) no CREAS, na oferta de trabalho social a famílias e indivíduos nestas situações e outras envolvendo risco pessoal e social por violação de direitos.” (P2).

“Atualmente faço atendimento de mulheres e crianças/adolescentes vítimas de violência sexual ou doméstica (Investigadora de Polícia) na Delegacia de Polícia Civil de Pontal do Paraná.” (P3).

“Atendimento e acompanhamento familiar no PAIF (Assistente Social e Coordenação do CRAS) com prevenção.” (P4).

“Na verdade minha atuação (Chefe Administrativo do IML) não é no enfrentamento, até porque, as vítimas quando nos procuram, já sofreram o abuso.” (P5).

A partir das declarações acima, observamos que todos os agentes escolhidos para a pesquisa são profissionais que atuam de alguma forma, junto à rede de enfrentamento, que é o trabalho mais indicado para superar a violência sexual contra crianças e adolescentes, como Ippolito (2004) nos diz:

a rede potencializa a atuação mais abrangente e multidisciplinar de um conjunto de atores de diversas instituições, que tem o mesmo foco temático na consecução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente. (IPPOLITO, 2004, p. 84).

No entanto, em uma das respostas (P5), fica claro que a profissional não considera seu trabalho, junto às crianças e adolescentes que já sofreram o abuso sexual, como enfrentamento, possivelmente porque a mesma compreenda o enfrentamento apenas na forma de prevenção.

E, por falar em prevenção, ao questionarmos sobre quais iniciativas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, no trabalho de cada um (a) dos (as) entrevistados (as), obtivemos as seguintes respostas:

Prevenção, ação e medidas de proteção. (P1).

Atualmente, há a iniciativa que partiu do I Encontro Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual em Crianças e Adolescentes, uma solicitação através de carta de intenção para a criação de Protocolo Municipal. E a equipe do CREAS tem realizado contatos e buscado articular

junto ao Conselho Tutelar e Habitação inicialmente (órgãos que tem se deparado constantemente com a referida demanda) a movimentação para criação de projetos e ações de atuação. (P2).

A P3 não respondeu essa questão.

Palestras e grupos de conversa. (P4).

Não há, pois quando o órgão é solicitado, já ouve o abuso. (P5).

Analisemos a questão acima: sabemos que o trabalho de prevenção é fundamental para evitar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e de acordo com as respostas, nos parece que as medidas de prevenção no município de Pontal do Paraná existem, porém ainda estão fragilizadas. Vejamos: o P1 respondeu que as medidas utilizadas no órgão para o qual trabalha são a “prevenção, ação e medidas de proteção”, porém a resposta ficou muito vaga, pois o profissional em questão, não nos especificou exatamente como ocorrem tais medidas de proteção para podermos analisar mais profundamente. A P2 respondeu que tem “uma solicitação através de carta de intenção para a criação de Protocolo Municipal” e que sua equipe tem “realizado contatos e buscado articular” com outros órgãos da rede “a movimentação para a criação de projetos e atuações”, o que concluímos não há nada de efetivo até o momento em relação às medidas de prevenção naquele órgão além de uma iniciativa tomada através de um Projeto de Intervenção (por sinal, projetado por quem vos escreve). A P3 não respondeu à questão e assim procedeu por considerar que não atua na prevenção, mas sim na execução das leis. Já em relação à resposta da P4, podemos considerar as “palestras e rodas de conversa”, que citou em sua resposta, como medidas importantes na prevenção, pois as mesmas possuem os objetivos de informar, esclarecer e conscientizar as crianças e adolescentes, assim como as famílias, acerca da realidade do cotidiano. É durante esse tipo de reunião que se privilegiam as orientações, a convivência em grupo, os relacionamentos familiares e sociais, possibilitando uma mediação entre os profissionais e a comunidade. E finalmente, a P5 nos informou que não há nenhuma medida de prevenção onde trabalha nos deixando uma pergunta subliminar: “Seria possível desenvolver iniciativas de prevenção em um órgão, no qual as crianças e adolescentes já chegam com seus direitos retalhados?”

Para responder podemos nos basear nas diretrizes⁴¹ para o atendimento às vítimas de violência sexual, pelos profissionais da saúde e segurança pública. Pois, ao lermos essas diretrizes, constatamos que realmente não há referências sobre a palavra prevenção. Entretanto, sob minha ótica profissional, acredito que poderiam ser realizados trabalhos educativos pela instituição, por exemplo, na própria sala de espera, com o objetivo de esclarecer e orientar aos presentes, evitando dessa forma a reincidência de casos.

Dando sequência à entrevista fizemos a seguinte pergunta: "Você participa de alguma forma de capacitação para atuar no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pelo órgão no qual atua?", para a qual recebemos as seguintes respostas:

Sim. Participo. (P1).

Atualmente não. (P2).

A P3 não respondeu a pergunta.

Não. Somente quando há algum evento esporadicamente. (P4).

Sim, mas não pelo órgão, pois participo do agente de proteção (Juizado de menores), e o mesmo organiza esta capacitação. (P5).

Sobre este aspecto, observamos a falta de treinamento e capacitação dos profissionais para a realização de ações preventivas. De acordo com as respostas, analisamos que somente os funcionários dos órgãos diretamente ligados à infância e juventude (Conselho Tutelar e Juizado de Menores) são beneficiados por alguma forma de capacitação. Os demais, não recebem nenhuma capacitação para o enfrentamento, no momento, ou são "superficialmente" capacitados através de eventos esporádicos.

Este é um fato preocupante, pois, a meu ver, a identificação precoce pelos profissionais que atendem ao público infantil e adolescente pode reduzir a revitimização e contribuir para o tratamento adequado destes, além de, ao serem devidamente capacitados, poderão realizar um atendimento adequado, atuando na prevenção e desenvolvimento de ações para o enfrentamento dos casos de violência sexual às crianças e/ou adolescentes.

⁴¹ Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013. EMENTA: Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

Na questão seguinte solicitamos a opinião pessoal/profissional dos atores envolvidos, sobre o que pode ser feito para melhorar o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no referenciado município, as respostas foram as seguintes:

Que a Rede de atendimento venha a funcionar de fato. (P1).

Acho que tudo. Começando pela superação de um olhar fechado, limitado onde cada órgão acha que faz, ou que deve fazer o mínimo estabelecido dentro de suas funções. E depois, a melhoria das condições de Rede e estruturas físicas. (P2).

Orientação escolar sobre como denunciar a violência sexual e acompanhamento profissional em famílias com reincidência de casos. (P3). Penso que poderia haver mais ações, divulgação da importância do tema, envolvendo toda a comunidade. (P4).

Na verdade, como o IML fica em Paranaguá, não tenho informações referentes à Pontal do Paraná. (P5).

A partir destas respostas já começamos a compreender um pouco melhor como nossos entrevistados avaliam a Rede de Enfrentamento à violência sexual em crianças e adolescentes, no município de Pontal do Paraná. Ou seja, de acordo com suas respostas, analisamos que os agentes sentem uma urgente necessidade de integração entre os órgãos, e o que se espera dos mesmos é que se prontifiquem a um real envolvimento com a expressão da questão social em evidência, passando a desenvolver políticas públicas adequadas e de qualidade, para que haja efetividade entre a teoria e a prática. Além de fazer um exercício de reconhecimento da importância do trabalho em rede, recebendo e fornecendo capacitação profissional; e solicitar junto às devidas autoridades públicas, espaços físicos adequados para o atendimento infanto-juvenil e para as ações de divulgação sobre o tema, com o envolvimento da comunidade.

Nos deteremos, um pouco mais, nesse assunto nas próximas questões.

Sobre a Rede de Proteção, procuramos conhecer quais os órgãos públicos que atuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Pontal do Paraná. Para a qual nos foi respondido:

CREAS, Conselho Tutelar, Delegacia e CRAS. (P1).

Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, Patronato e Poder Judiciário. (P2).

Nenhum (P3).

Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, CMDCA, CREAS e CRAS. (P4).

Eu conheço o Conselho Tutelar, pois frequentemente vem ao IML trazer as vítimas. (P5).

Exceto a P3, que alegou desconhecer qualquer órgão de enfrentamento no município, os outros atores envolvidos na pesquisa, foram unânimes ao citar o Conselho Tutelar, e a maioria citou o CREAS e o CRAS, o que nos remete ao entendimento de que esses são os órgãos mais lembrados ao se pensar em enfrentamento e à defesa da garantia de direitos das crianças e adolescentes. No entanto, todos os demais órgãos de proteção que constam nas respostas, são igualmente importantes e devem atuar conjuntamente sob o mesmo desígnio que os mais lembrados.

Aproveitando o “gancho” da questão anterior, solicitamos que nos fosse descrita qual a forma de integração na execução das políticas públicas entre os serviços elencados. Ao que nos foi informado:

Não existe integração. (P1).

Não tenho conhecimento. Avalio que de fato não há integração, apenas encaminhamentos. (P2).

Prejudicado. (P3).

Nos equipamentos dos CRAS, está sendo executado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), não é um programa específico do assunto, mas trabalha também essas questões focando a prevenção. (P4).

Desconheço. (P5).

Ao analisarmos as respostas, novamente nos deparamos com negativas, o que nos remete uma preocupação, porque o município não tem desenvolvido políticas públicas, a respeito do assunto. Alertando para a necessidade urgente de projetos de políticas públicas para as crianças e os adolescentes, assim como capacitações periódicas aos funcionários, sobre o funcionamento da Rede, da importância da integração e das políticas públicas direcionadas a promoção e proteção de crianças e adolescentes em privação de direitos. Ressaltando que a compreensão acerca da violência sexual infanto juvenil é um dos fatores que implicam na construção de um profissional melhor capacitado, garantindo na sua

atuação, uma intervenção de qualidade.

Em relação à influência do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, junto às políticas públicas, programas e projetos de enfrentamento, os entrevistados disseram:

Nenhuma influência, pela falta de conhecimento dos atuais membros do CMDCA. (P1).

Em Pontal do Paraná, o CMDCA tem atuado de forma ainda muito burocrática, sendo a meu ver, de pouca influência. (P2).

Desconheço. (P3).

Finaliza os serviços executados nos equipamentos municipais. Apoia as ações que serão executadas. (P4).

A P5 não respondeu a esta questão.

Ao relacionarmos as respostas acima com as funções prioritárias do CMDCA, (elaboração das políticas para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes e controle de suas execuções), podemos analisar uma grave fragmentação neste órgão. Pois até mesmo um dos entrevistados, que é membro desse conselho, alega que os atuais conselheiros não dispõem do conhecimento necessário para interagir junto às políticas públicas, programas e projetos de enfrentamento. Concluimos um déficit por parte dos gestores.

Dando andamento a pesquisa, procuramos saber junto aos nossos colaboradores, quais suas concepções sobre o trabalho em rede, e assim declararam:

Que todos os órgãos de atendimento tenham um início e fim nos encaminhamentos. (P1).

Trabalho articulado entre os órgãos que atuam em determinadas áreas, de forma organizada em busca de um objetivo comum; dar respostas e soluções a uma demanda, onde os atores da rede dialoguem entre si de forma compartilhada. (P2).

Entendo como um trabalho onde há interligação entre os órgãos envolvidos, onde as informações são disponibilizadas de forma abrangente. (P3).

A execução das ações em conjunto com todas as políticas, havendo comprometimento na articulação com todos os serviços que visa a garantia da proteção completa as crianças e adolescentes. (P4).

Acredito que sejam todos os órgãos interligados para alcançar o mesmo resultado. (P5).

Portanto, ao lermos suas respostas, facilmente analisamos que todos os envolvidos têm uma boa noção do significado de trabalho em rede, no entanto, como já observamos anteriormente, não aplicam seus conhecimentos para fazer a rede acontecer. O que nos sugere, novamente, a ausência de direcionamentos advindos da gestão. Isso é preocupante, pois é de fundamental importância uma gestão empreendedora, no sentido de conhecer seus direitos e deveres e, dessa forma, cobrar na prática a implementação de políticas públicas que na sua efetivação insira a participação de todos os atores envolvidos com o desafio de mudar a realidade social local.

Para complementar a questão anterior, questionamos se existe um trabalho em rede no município de Pontal do Paraná.

Não existe trabalho em rede. (P1).

Em minha opinião não existe. (P2).

Não. Quando se há necessidade de informação, se faz necessário o encaminhamento de ofício requisitório. (P3).

Sim. (P4).

Por não pertencer ao município de Pontal do Paraná, a P5 não respondeu esta questão. Os demais negaram a existência da Rede, com exceção da representante do CRAS, que respondeu afirmativamente e forneceu, dessa forma, a continuidade para a questão seguinte.

“Caso tenha respondido Sim para a pergunta anterior, pergunto: Como funciona o trabalho em rede no município de Pontal do Paraná?” A qual nos respondeu:

o trabalho é realizado, mas nem sempre consegue ser o ideal, mas os técnicos tentam de alguma forma executar os serviços em rede, realizando os atendimentos em conjunto com todas as políticas, realizando as articulações necessárias. (P4)

Através desta resposta e das observações que tive oportunidade de fazer em campo de estágio, constatamos a realidade do trabalho executado pelos técnicos da proteção à criança e ao adolescente: são profissionais que se desdobram para realizar um trabalho da melhor forma possível, mas que,

constantemente, se deparam com dificuldades devido à falta de articulação entre os demais órgãos do sistema, e à precariedade de recursos.

Finalizando a pesquisa, pedimos a opinião e sugestão para o funcionamento e o fortalecimento da rede de proteção. Recebemos as seguintes respostas:

Fortalecimento do CMDCA e atualização das Leis Municipais de atendimento à criança. (P1).

P2 não respondeu.

Seria necessário um maior comprometimento com os órgãos envolvidos em distribuir informações, repassar atendimentos, etc. (P3).

Acredito que seria o aumento de recursos humanos, pois as equipes técnicas estão sobrecarregadas, não conseguindo por vezes atender de imediato como deveria ser. (P4).

Informação, capacitação e educação. Acredito que isso deve começar nas escolas, orientando com uma linguagem correspondente a idade do aluno, para que possam perceber quando estão sofrendo os abusos, e que há pessoas dispostas a ajudar. E isto em qualquer classe social, escolas públicas e particulares, pois o abuso não acontece só em periferia, e sim em todas as classes. (P5).

Partindo do princípio que as funções prioritárias do CMDCA são a elaboração das políticas que assegurem o atendimento dos direitos de crianças e adolescentes e o controle na execução dessas políticas, em relação às respostas acima, concluímos que o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, no município de Pontal do Paraná, vem encontrando dificuldades para exercer suas funções de forma adequada, porque não tem elaborado políticas públicas como deveria, ou não divulga nem compartilha de seus interesses com os demais setores em busca de apoios e projetos.

Também ficou fácil de entender que os agentes sentem a necessidade do fortalecimento da Rede, assim como sentem falta de mais capacitação periódica aos funcionários, e investimentos em eventos e políticas públicas eficientes.

Percebemos que os atores em questão são profissionais interessados na melhoria do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, no entanto, há de se considerar que a rede encontra-se ainda em construção, e como todo o projeto inicial, necessita de investimento, neste caso, entenda-se o investimento das equipes ao se unirem em benefício da causa e buscarem junto aos

seus gestores soluções para tão grave expressão da questão social, que é o propriamente dito abuso sexual contra crianças e adolescentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo que se apresenta pretende descrever a experiência vivida a partir do desenvolvimento e da pesquisa deste TCC.

6.1 APROVEITAMENTO DO TRABALHO CIENTÍFICO

O trabalho partiu da importância da temática violência sexual contra crianças e adolescentes e da hipótese de que no Município de Pontal do Paraná, a Rede de Enfrentamento não existe ou se encontra fragmentada.

A forma de pensar a violência sexual tem-se modificado, ampliando as possibilidades de compreensão, intervenção e prevenção do fenômeno, a fim de garantir o bem-estar físico e emocional do público infanto-juvenil e seus direitos estabelecidos no ECA. Porém, entende-se que apesar da existência de uma legislação no Brasil, ainda se faz necessário progredir na garantia dos direitos e superar a falta do reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.

O trabalho realizado pela Rede de Enfrentamento é imprescindível para a minimização dos danos causados pela violência e também para o desenvolvimento saudável e seguro da criança e/ou adolescente após a vitimização. Assim como também é fundamental para a proteção e garantia dos direitos da população infanto-juvenil.

É preciso, primeiramente, que haja um reconhecimento por parte dos governantes da importância do combate às situações de violência, visto que muitas das limitações do Serviço em Rede, podem ser combatidas a partir de decisões tomadas pelo município, como melhor infra-estrutura, condições adequadas de trabalho, maior contratação de profissionais e a realização de capacitação periódica. Torna-se necessário, também, um maior investimento do município e um maior reconhecimento por parte do Sistema de Garantia de Direitos.

A desarticulação da rede, de fato, é uma fragilidade que requer uma atenção especial. Inúmeros órgãos competentes estão envolvidos na garantia dos direitos da criança e do adolescente, como Conselhos Tutelares, Delegacia Especializada, Ministério Público, Defensoria Pública e Juizado da Infância e Juventude, bem como, os serviços de atenção básica e especializado, respectivamente, CRAS e CREAS.

O relato da ausência de comunicação entre estas instituições da rede representa uma denúncia e uma clamação por providências, por parte dos profissionais. Além de ser um problema no qual sua solução passa pelo reconhecimento da importância do trabalho da Rede de Enfrentamento.

É extremamente necessário que esses órgãos e instituições estejam articulados e fortalecidos, para que as suas ações sejam efetivas. Dessa forma, verifica-se a necessidade do trabalho de conscientização dos atores envolvidos, promovendo a referência e a contra-referência, além de reuniões periódicas entre os atores das instituições e órgãos que trabalham com a problemática.

Ações de prevenção contra a violência infanto juvenil são escassas no município de Pontal do Paraná. No entanto, os profissionais entrevistados avaliaram o trabalho da Rede de Enfrentamento como fundamental para que se possa evitar, reduzir e interromper os casos de violência sexual contra as crianças e adolescentes. Portanto, são esses mesmos profissionais, que devem se manifestar e começar a agir em busca do desenvolvimento de ações preventivas e de Enfrentamento, além de, é claro, buscar a união de forças entre os órgãos e as equipes nos quais atuam.

A devida capacitação dos profissionais das linhas de frente, possibilitaria que ações preventivas fossem realizadas nas escolas, com professores e alunos, além de centros comunitários e de saúde. Os profissionais seriam, dessa forma, multiplicadores de conhecimentos.

Este TCC foi especialmente importante e veio a acrescentar muito à minha vida acadêmica, pois além do conhecimento adquirido, finalizo esse processo de aprendizagem, com muita vontade de “ fazer acontecer”, ou seja, atuar em projetos de políticas públicas e buscar seus desenvolvimentos pleiteando melhores condições de vida com saúde e segurança, para nossas comunidades.

Somente assim, unindo os esforços, praticando a prevenção, a identificação e o enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, é que poderemos reduzir o número de casos.

Nessa perspectiva, o trabalho intencionou o debate e o redesenho das políticas sociais públicas destinadas à criança e ao adolescente, com o fito de contribuir para modificar essa lamentável expressão da questão social. E finalizamos, dizendo que alcançamos parcialmente nosso objetivo principal que era

conhecer o trabalho da Rede de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Pontal do Paraná. Parcialmente por que a Rede de Enfrentamento não se articula. Já em relação aos objetivos específicos, de atentar para as necessidades da Rede de Enfrentamento, promover o conhecimento aos demais colegas acadêmicos e alertar aos futuros leitores sobre a importância do assunto em pauta, podemos nos dar por satisfeitos, pois atingimos tais objetivos.

E, finalizando este trabalho, ao qual tivemos imensa dedicação, respondemos à pergunta inicial, baseada na hipótese de que no Município de Pontal do Paraná a Rede de Enfrentamento não existe ou encontra-se fragmentada, se existe uma Rede de Enfrentamento no Município em questão? Assim podemos responder: existem os atores para desenvolver a Rede, mas, a mesma, propriamente dita, encontra-se muito fragmentada, requerendo, com máxima urgência, estímulos e direcionamentos, no sentido de promover mudanças no cotidiano de crianças e adolescentes e não somente como resposta ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

ABC DO CONSELHO TUTELAR. Disponível em:< <http://www.crianca.mppr.mp.br> >. acessado em 08/08/2016

ARIÈS, P. O sentimento da Infância. In: História social da criança e da família. 2ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981, p.29- 164.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Infância e violência doméstica: perguntelho*. São Paulo: IPUSP/Lacri. 1994.

_____. (Org.). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Iglu Editora. São Paulo: 1989.

AZEVEDO, Maria Amélia et all. Organização da Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo, Cortez, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 01, de 25 de janeiro de 2007. Publica o texto da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 8742 de 12 de dezembro de 1993. Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/.../lei-08-742... pdf/download](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/.../lei-08-742...pdf/download)>. Acesso em 17 out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Brasília: 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília: 2011.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/PNAS.pdf>. Acesso em 10 out. 2015.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) Brasília/DF, 2010.

Caso Araceli. Disponível em < <http://www.diariojurista.com/2013/05/caso-araceli-um-crime-que-chocou-o.html>> acesso em: 5 maio 2016.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels/Rodrigo Castelo Branco. –Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social, 2006.

CBISS. Teorização do Serviço Social: Documento de Araxá, Teresópolis e Sumaré – RJ. Agir Editora, 1986.

CHAUÍ, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In Cavalcanti, M. L. V. C.; Franchetto, B., & Heilborn, M. L. (Orgs.) *Perspectivas Antropológicas da mulher* (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar.

COLIN, Denise Ratmann Arruda, FOWLER, Marcos Bittencourt. LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social anotada. Series Núcleos de pesquisa 4. São Paulo/SP: Veras Editora, 1999.

COLMÁN, E; POLA, K. D. Trabalho em Marx e Serviço Social. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/Artigo%20evaristo.pdf> acesso em: 18 out. 2015

Conselho Federal de Serviço Social. Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília : CFESS, 2012. 204p.

CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância (org). Abuso Sexual Doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. – 3º.ed. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2009.

DESLANDES, S.F. Prevenir a Violência. Um desafio para educadores. FIOCRUZ/ENSP/CLAVES – Jorge Careli, Rio de Janeiro, 1994.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. O que é Serviço Social. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; CAMPOS, Josenete de Oliveira. Repensando os conceitos de violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Brasília: CECRIA, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira (coords). Circuito e curtos-circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Veras, 2001.

GABEL, M. Crianças Vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus, 1997.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas 2010.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IAMAMOTO, Marilda V. e Carvalho, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo, Cortez/CELATS, 10º edição, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IPPOLITO, Rita, Dos SANTOS, B. Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: SEDH-MEC Brasília, 2004.

ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em nov. 2015.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 3ªed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

LEGISLAÇÃO SOCIAL. Cidadania, políticas públicas e exercício profissional. 21 ed.rev.atual. Curitiba. Conselho Regional de Serviço Social 11ªRegião, 2006.

LOIOLA, E.; Moura S. “Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais” in FISCHER, T. (org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 54.

LUSSI, C.; MARINUCCI, R. Notas sobre trabalho em rede. 2007. Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/notas_sobre_trabalho_em_rede.pdf> Acesso em: 18 ago. 2016.

Manual de Instruções para utilização do prontuário SUAS, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/proteção-social-especial-media-complexidade/Manual_Prontuario_SUAS.pdf> acesso em 21 abr. 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. – 11 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

MINAYO, M. C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1993

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. A acumulação capitalista e o movimento do capital. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 4, p.95-123.

NETTO, José Paulo. Movimento de Reconceituação 40 anos depois. Revista e Sociedade n.84, São Paulo, Cortez, Nov.2005

NEVES, et al., Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. Temas psicol. vol.18, no.1, Ribeirão Preto: 2010

OLIVA, M.H.B “A formação profissional – Questões metodológicas e Experiências de Estágio”. In Serviço e Sociedade. São Paulo, Cortez, Ano X, nº29,abr. 1989.

Orientação para Normalização de Trabalhos Acadêmicos – SIBI – UFPR, 2016. Disponível in <http://www.portal.ufpr.br/tutoriais_normaliza/modelo_monografia.pdf> Acesso em 27 out. 2016.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Protocolo de Gestão dos Centros de Referência da Assistência Social de Curitiba / Coordenação Geral: Ana Luiza Suplicy Gonçalves...[ET AL.]. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba; FAS / Fundação de Ação Social; Curitiba, 2009, 100 p.

RICHARDSON, Robert Jarry. PESQUISA SOCIAL: Métodos e Técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. (Org.) Infância (in) visível. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.p.34 a 37.

SIMÕES, C. Curso de Direito do Serviço Social, São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, Charles Toniolo de, A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 2008. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117> >acesso em 21/08/2016.

Tecendo Redes – Fortalecimento das Redes de Proteção à Infância e Adolescência no Paraná. Curitiba. Ed. PUCPR. 2014. Disponível para baixar em PDF no <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/marista/tecendo_redes_2014.pdf > Acesso em 18 ago. 2016.

TORRES, Célia; SOUZA FILHO, Rodrigo; MORGADO, Rosana. Política da Infância e juventude: Estatuto da Criança e do Adolescente e serviço social. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. Serviço Social e Políticas Sociais. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 184, p. 101-120.

VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Precursores e Pioneiros. Editora agir, 1984. Texto I.

World Health Organization (WHO). (1999). *WHO Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva: WHO

YASBEK, M. C. A escola de serviço social de São Paulo no período de 1936 a 1945. Cadernos PUC, São Paulo: Cortez, n.6, p.11-59, dez. 1980.

_____. M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social Brasileiro na Contemporaneidade. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, org. 2009, p. 7-10.

APÊNDICE 1 – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Roteiro de entrevista a ser realizada com os profissionais vinculados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do município de Pontal do Paraná.

1. DADOS PESSOAIS

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____

1.3. Sexo: _____

1.4. Escolaridade: _____

1.5.: Formação profissional:

1.6. Tempo de formação profissional:-

1.7. Tempo de atuação
profissional: _____

1.8. Tempo de atuação no órgão atual:

2. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

2.1. Qual é a sua atuação no enfrentamento à violência sexual em crianças e adolescentes?

2.2. No seu trabalho, quais as iniciativas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes?

2.3. Você participa de alguma forma de capacitação para atuar no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pelo órgão no qual atua?

2.4. Em sua opinião, em Pontal do Paraná o que pode melhorar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

3. REDE DE PROTEÇÃO

3.1. Em Pontal do Paraná, quais são os órgãos públicos que atuam no enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes?

3.2. Destes que você citou na resposta anterior, pergunto se você sabe da existência de alguma forma de integração na execução das políticas, programas ou projetos de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes?

3.3. Qual a influência do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, junto as políticas, programas e projetos de enfrentamento?

3.4. O que você entende por trabalho em rede?

3.5. Em sua opinião existe um trabalho em rede no município de Pontal do Paraná?

3.6. Caso tenha respondido Sim para a pergunta anterior, pergunto:

Como funciona o trabalho em rede no município de Pontal do Paraná?

3.7. Em sua opinião, o que é necessário fazer para que ocorra o fortalecimento da rede de proteção?

___ **Muito Obrigada!**

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROJETO: PESQUISA PARA CONCLUSÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. “ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES - ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DA REDE DE PROTEÇÃO NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.”

Orientador(a): Profª Drª Giselle Ávila Leal de Meirelles

Pesquisador(a): Jucemar Soares

e-mail: juh.ufprlitoral@gmail.com

Fone: (41) 9594-7898

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente desta pesquisa, que tem por objetivo conhecer como ocorre o atendimento da Rede de Proteção às crianças e adolescentes, nos casos de violência sexual, no município de Pontal do Paraná.

O estudo será realizado através de entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e, ao seu consentimento gravação de voz. Entretanto, se for da sua vontade, poderá responder ao questionário por escrito.

Informamos que a presente pesquisa possui cunho científico e será utilizada, exclusivamente, para o Trabalho de Conclusão de Curso. Esclarecemos, ainda, que os dados que identificam cada participante são confidenciais e sua identidade será mantida em sigilo nas divulgações posteriores. Sendo assim, convido o (a) Sr. (a).

a participar da presente pesquisa. Neste sentido, solicitamos sua colaboração e participação para a coleta de informações.

Ressalta-se que você tem todo o direito de se negar a responder toda e qualquer pergunta, da qual não possua conhecimento ou mesmo não queira responder, e em qualquer momento da pesquisa poderá interromper sua participação, devendo somente avisar o pesquisador de sua desistência.

Caso concorde, solicitamos a gentileza de concretizar sua concordância, assinando esse termo de consentimento livre e esclarecido, que consta de duas vias.

Assinatura do pesquisador responsável

Jucemar Soares – Acadêmica de Serviço Social

Universidade Federal do Paraná -Setor Litoral

Matrícula: GLR20110301

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de informações.

Pontal do Paraná, ____/____/____.

Assinatura do Sujeito da Pesquisa ou do Responsável